



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - MESTRADO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FEMINICÍDIO ENTRE HOMENS DA
REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI.

Recife
2024

RODRIGO PINTO BRASIL

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FEMINICÍDIO ENTRE HOMENS DA
REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: psicologia.

Orientadora: Dra. Edclécia Reino Carneiro
de Moraes

Recife
2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Brasil, Rodrigo Pinto.

Representações sociais de feminicídio entre homens da região metropolitana do Cariri / Rodrigo Pinto Brasil. - Recife, 2024.

94f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2024.

Orientação: Edclécia Reino Carneiro de Moraes.

1. Feminicídio; 2. Representações Sociais; 3. Homens; 4. Cariri; 5. Violência de gênero. I. Moraes, Edclécia Reino Carneiro de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central
150

CDD

RODRIGO PINTO BRASIL

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FEMINICÍDIO ENTRE HOMENS DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: PSICOLOGIA.

Aprovada em: 27/08/2024.

BANCA EXAMINADORA

Participação via Videoconferência

Prof.a. Dr.a. Edclécia Reino Carneiro de Moraes (Presidente/Orientadora)
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof.a. Dr.a. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Minas Gerais

Participação via Videoconferência

Prof.a. Dr.a. Maria de Fátima de Souza Santos (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

OBSERVAÇÃO

A defesa em epígrafe foi realizada integralmente, por videoconferência, envolvendo a Banca Examinadora e o discente, através de recursos de videoconferência, que possibilitaram realizar a discussão acadêmica sobre o objeto de estudo, com som e imagem.

Dedico à minha amada mãe Maria Jucileide dos Santos Pinto, à quem devo a vida e a luz do mundo. Por todas as suas lutas diárias nos pegue e pague do mundo, pela sua imensa força de mulher que nunca se rendeu diante de nenhuma adversidade, pela sua memória e grandeza de espírito. (IN MEMORIAM)

AGRADECIMENTOS

Acredito veementemente que todos aqueles que cruzam nossos caminhos pelas vielas da vida, trazem de alguma forma a potencialidade de alguma sabedoria. Ter encontrado em meio ao período mais difícil de minha vida com as pessoas que compuseram esta trajetória de trabalho foi como tecer um belo manto com o que antes era um imenso emaranhado de nós e entrelinhas desgastadas.

O Labint me permitiu aprender não apenas sobre como fazer pesquisa, mas sobre a força que uma rede de apoio pode exercer sobre nossos caminhos. As trocas cotidianas no período de convívio das disciplinas foram muito enriquecedoras e cheias de vida. Ter participado de projetos que visavam transmitir conhecimento e valorizar a pesquisa e a ciência em tempos tão nefastos e obscuros foi como achar uma vela na escuridão.

A pandemia me marcou para sempre, um período conturbado e assustador que levou centenas de milhares de vidas e que parecia que iria desaguar em um fim trágico para todos nós. Mas foi no meio deste verdadeiro “apocalipse” que este trabalho germinou. Graças ao apoio de poder se fazer presente, perto ainda que longe, de pessoas tão maravilhosas e cheias de vida que foi possível enfrentar tantos desafios.

Muitas coisas aconteceram em minha vida desde que enviei o pré-projeto na seleção de mestrado em 2021 até a presente data em que redijo estas palavras. Para mim é como encerrar um grande ciclo, uma linha divisória entre o passado-presente e o futuro, uma enorme sequência de acontecimentos que parecem sutilmente interligados em um enorme emaranhado de eventos e encontros que desaguardam aqui e agora. Não foi nada fácil enfrentar este processo, a escolha de reencontrar-me com um tema que talvez tenha marcado tão profundamente minha história, minha família, foi um enorme desafio pessoal e também profissional. Foi como abrir um baú antigo que foi propositalmente esquecido em algum canto da casa, como única estratégia possível de defesa diante da dor.

Sei que este é um espaço onde a escrita livre é direcionada aos agradecimentos e reconhecimento necessários em nossa jornada, afinal, ninguém, absolutamente ninguém cresce sozinho. Mas antes de agradecer, quero contar um pouco sobre meu passado e como este tema atravessou minha vida.

Estudar o feminicídio foi também revisitar um passado de vinte anos atrás, e entregar ainda que em forma de uma centelha, uma contribuição para que o futuro seja mais justo, que haja mais discernimento e luz.

Eu me lembro como se fosse ontem, aos dez anos quando acordei tarde da noite e fui a cozinha beber água, todos os meus primos estavam deitados no quarto na mesma cama, nossa inocência não dava cabo da situação toda, ríamos, criamos narrativas para explicar, transpiramos esperança. Minha prima repetiu “vai ficar tudo bem, e tudo não passará de um susto”, e afirmamos a certeza disso, isolados a dias lá em casa, longe da preocupação e do desespero que toda aquela situação impunha sobre nossos pais. Quando me dirigi à sala fui o primeiro deles a saber, sem querer, ao ver o noticiário na televisão: acharam o corpo de Edilene Pinto Esteves (minha madrinha). Estava a dias jogado na floresta do araripe.

Como um filme de suspense ou terror que até então só havia visto em telas de cinema, me vi ali paralisado diante da imagem, um nó na garganta intenso me exigia espaço em um peito tão pequeno. Foi a primeira vez que senti aquilo, um profundo medo, segurar uma força enorme que parecia sufocar minha garganta. O segredo de saber, voltar para o quarto e encarar Vanessa. De guardar aquela informação até que minha mãe ou alguma tia viesse e tentasse passar. O ar parecia pesar uma tonelada naquela noite. Foi a primeira madrugada que passei de olhos abertos na vida.

Minha tia encontrava-se desaparecida há quase uma semana, e depois de inúmeros trotes e pedidos de resgate, toda a família reunida na casa de vovô em desespero, optaram por juntar todas as crianças sobre os cuidados de Maria. Maria uma mulher como tantas outras Marias que enfrentam este mundo, como minhas tias que carregam todas este nome. Maria, como minha amada mãe.

Logo depois sucederam-se inúmeros acontecimentos, repercussão, mídia, televisão, rádio, tudo rápido, assustador. No decorrer das semanas seguintes outros casos foram surgindo, a polícia ia lá em casa constantemente fazer perguntas. Na missa na igreja vi minha mãe de joelhos a chorar com uma força que nunca tinha presenciado antes, lamentando sob um caixão fechado a morte de sua irmã mais nova. Eu não sabia o que fazer e tentava acalmá-la, abraçar, mas parecia não ter nenhum efeito. Olhei para cima e via os enormes vitrais da igreja rodeada de anjos, a igreja cheia de pessoas, no centro da gigantesca cúpula uma flecha de luz entrava rasgando as cores em direção ao chão. Minhas tias tentavam segurar minha mãe e tirá-la dali, enquanto ela agarrava-se ao caixão, recusando-se a aceitar aquela realidade, uma realidade real, crua e cruel, e infelizmente presente, ali no passado, agora no presente, por aí.

O silêncio da dor não durou muito. A enorme repercussão dos crimes sem solução logo ganhou espaço e todos falavam sobre em todas as esquinas da cidade, das cidades, do estado. Teorias surgiam, “foi queima de arquivo”, “ai tem coisa”, “alguma coisa fizeram”, por

outro lado, minha mãe mantinha a cabeça erguida e ia a rádios protestar por justiça, gritava com fúria sobre os microfones, levantava seus curtos braços cheios de garra. Sua luta logo reverberou, e o assassino se revelou pra fora das sombras. Sergio Rolim Brasil, nunca esquecerei este nome.

Após inúmeras entrevistas o responsável por aqueles crimes hediondos foi até minha antiga casa no intuito de silenciar minha mãe, sua voz, sua luta por justiça, mal sabia ele que estava assinando sua própria sentença. Após ir até minha casa em um horário que por sorte não estávamos, o mesmo ameaçou fazer com minha mãe “pior do que havia feito com a irmã se ela não fechasse a boca”, sua ameaça não assustou a coragem de leonina que ela carregava no peito. Foi desta ameaça que a polícia conseguiu chegar ao assassino. Sua prisão se deu algumas semanas depois.

Sua condição financeira e influência fizeram com que os processos judiciais se encaminhassem de forma omissa e turva. Logo seguiram os protestos, lá em casa dezenas de camisas, adesivos e cartazes passaram a compor a sala de estar. Nas camisas um símbolo que nunca esquecerei: os olhos de todas as mulheres que foram mortas neste caso. O pedido por justiça. A enorme repercussão do caso acabou chegando à capital. A 507 km de distância o julgamento do assassino foi feito. Alguns crimes só foram devidamente julgados devido à enorme pressão popular que a luta de minha mãe e tias junto com outras mulheres do cariri exerceu sobre o judiciário.

Naquela época a palavra feminicídio não fazia parte de nossa realidade, sequer imaginava-se no Cariri que haviam discussões em torno deste conceito. O que sabia-se é que a monstruosidade e a violência existiam e ganhavam espaço a partir do silenciamento. O que sabia-se é que era preciso lutar e se fazer ouvir para que tamanha barbárie fosse exposta, vista e combatida.

O assassinato de 07 mulheres no caso que ficou conhecido como escritório do crime marcou para sempre a trajetória de minha família, desencadeando uma dor que se alastrou pelos anos a fil, gerando angustia, medo, insegurança, mas também coragem, vontade de lutar e desejo por justiça. Os anos passaram e pouco a pouco a vida foi dando conta de seguir seus caminhos, embora a cicatriz permaneça quase intacta, queimando nos silêncios da vida, na saudade, na ausência.

O assassino foi condenado a 118 anos de prisão após inúmeras batalhas e protestos na região e em Fortaleza. Embora toda a luta por justiça, alguns casos continuaram obscurecidos ou não esclarecidos completamente. As circunstâncias do caso, como tantos outros na região, parecem ter gerido diferentes teorias, na “boca do povo” todos sussurravam sobre ele, alguns

culpabilizam as vítimas, alegavam haver algo a mais, outros diziam que era coisa de magia negra. Uns chegaram a dizer que eram todas prostitutas, pois não havia “justificativa” para tamanha crueldade em série. Como se fosse preciso algum argumento para mascarar ou apaziguar a verdadeira responsabilidade por crimes assim acontecerem, não apenas em um caso de repercussão isolado, mas constantemente na região.

No final, o pouco conforto de sua condenação não cessou a dor do luto e da perda. A crueldade dos crimes cometidos e a comoção social não fecundaram mudanças que pudessem impedir que outros casos continuassem a ocorrer. Hoje como homem adulto, consigo colocar em perspectiva todo o acontecido, embora remexer me cause a reação talvez mais básica a este tipo de situação: a de silenciar, fugir, virar o olhar, eu preferi encarar e tentar, ainda que na forma de centelha de contribuição, oferecer algum caminho para que tal tema ganhe espaço dentro e fora das universidades.

O estudo aqui desenvolvido permitiu que pudesse reforçar um alerta que já vem sendo dado a algum tempo, para que nossas instituições, principalmente aquelas que compõem nosso estado, direcionam cada vez mais recursos e empenho para combater a violência de gênero. Para que este combate de fato ocorra de maneira efetiva é inevitável trabalharmos e direcionarmos nossa perspectiva para o público masculino, buscando compreender como os homens pensam, articulam-se e acabam perpetuando em suas práticas cotidianas comportamentos que desaguam no feminicídio.

Neste sentido, mesmo sendo difícil reconhecer-me no meio deste processo e revisitar estes quadros do passado, eu me sinto grato em ter conseguido finalizar esta pesquisa, em ter conseguido sustentar o peso de fazê-la, em frente a todas as dificuldades que se apresentaram em meu caminho, ao desestímulo, ao medo, a insegurança, as dificuldades financeiras, e perdas. Acredito profundamente que para combatermos a treva deste mundo é preciso reconhecermos primeiro a luz. Saber onde ela habita, fecundá-la, impor-se e dar a cara a tapa.

Agradeço profundamente por ter tido a oportunidade de me formar como profissional e de usar cada erro e dor de meu passado como elementos de sabedoria no agora. Quero contribuir a cada dia mais por um mundo mais justo e agradecer a força imensa que me guia.

Muitas foram as pessoas que de alguma forma direta ou indireta se fizeram presentes nesta jornada, seriam talvez laudas e laudas de agradecimentos se vasculhasse nas entrelinhas de minha memória cada insight, cada troca, cada pequeno feixe de luz trocado nestes 3 anos. Mas quero trazer aqui os nomes daqueles que se fizeram base e foram a força para que eu conseguisse efetivar este trabalho.

Agradeço a minha amada mãe de quem me despedi nesta vida no dia 07 de maio deste ano. Sei que irei encontrá-la de novo, sei que nossa conexão irá sempre me acompanhar, sei quanto carrego dela em meus olhos e coração, e que sua enorme bondade e coragem sejam sempre meus guias maiores.

Agradeço à minha orientadora Dra. Edclecia Carneiro, à quem tenho uma gratidão imensa, pela paciência sublime, pelo acolhimento enorme que me deu, por não ter desistido de mim, mesmo quando eu mesmo havia. Sem sua força, seu discernimento, sua paciência e sua sabedoria eu jamais teria conseguido finalizar este trabalho. Obrigado por tudo.

Agradeço a minhas tias Marias. Maria do Socorro (corrinha), Maria Alice, Maria Sônia, Régia, Lúcia. Por estarem do meu lado me dando apoio, por me receberem mesmo depois de tanto tempo distante. Por terem cuidado de minha amada mãe e lutado ao seu lado. Por terem se mantido fortes no meio de um mundo tão cruel.

Agradeço a minha querida tia avó Zilma (Didi) por estar sempre perto, por olhar por nós, por estender seu manto de sabedoria e força. Por ser “casca grossa” e manter-se firme sem medo do mau tempo.

Agradeço a meu irmão Rômulo, por estar sempre presente lutando, disposto a ajudar e cuidar da casa, por ter cuidado de minha mãe e estar do meu lado mesmo em frente a tantos desafios e erros. Por ser meu porto seguro com quem tenho enfrentado o mundo, com quem cresci e crescerei sempre.

Agradeço a minha querida amiga Paula Geci, por me acolher de forma tão pura e com tanto carinho e boa fé, por me inspirar e apoiar a não desistir e me mostrar na sutileza de seus empenhos e pequenos gestos que a vida pode sempre mais.

Agradeço a Yasmin Gomes, minha amiga, que foi minha companheira e confidente de aventuras e desventuras, de segundas e domingos escuros e frios e também de manhãs e tardes tão claras e cheias de sol. Por ter me apoiado nos momentos mais difíceis.

Agradeço a minha amiga Ju Beckler, pelas conversas, pelas confissões, pelos insights, pelas madrugadas a fio de apoio e incentivo, por acreditar em mim e me acolher no meio daquela selva confusa e cinza que é São Paulo.

Agradeço a Bia Sá, minha colega de casa na confusão de SP, por ter me apoiado e sido gentil, por ter me acolhido e dado força quando mais precisei.

Agradeço a minha querida amiga Timá, uma benção que a vida me trouxe e que vou carregar comigo pra sempre. Uma mulher incrível, mãe, avó, guerreira com quem dividi conversas profundas e leves, em quem confio e me sinto em casa. Quem me apoia e está ao meu lado, melhor amiga de minha amada mãe e como uma mãe para mim. Te amo.

Agradeço a Maria Júlia, o presente inusitado, o encontro mais improvável e intenso. Por ser minha amiga, companheira, por dividir comigo momentos tão lindos e também estar do meu lado no momento mais difícil da minha vida. Por me apoiar e me dar tanta força, por me fazer redescobrir uma fé tão imensa que nem achava que tinha. Amo você.

Agradeço a Fátima Santos, pelos enormes ensinamentos durante as aulas, pela irreverência e a capacidade de cativar e gerar interesse pelo mundo novo pra mim que é a Teoria das Representações Sociais.

Agradeço a professora Vivian com quem pude trocar conhecimento imenso e ser acolhido em um momento difícil dessa jornada.

Sou grato por cada encontro possível, e pela possibilidade de continuar me reinventando a cada novo encontro. Pela possibilidade de dar minha contribuição para mudanças em prol de mais justiça a este mundo confuso e violento.

RESUMO

Segundo o último Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2024 o Ceará evidenciou um aumento de 44,8% na taxa de feminicídios registrados. Até 2023 apenas 6,6% de todos os assassinatos de mulheres foram classificados como feminicídio no estado. Os dados revelavam um estado onde a violência contra a mulher e o acometimento de crimes de feminicídios parecem ser sistematicamente silenciados no decorrer dos anos. O feminicídio opera alicerçado no entendimento histórico e social do pressuposto do exercício da função patriarcal, onde os homens acreditam que detêm o poder de determinar a conduta de mulheres, legitimando o controle sobre seus corpos e vidas. Somente em 2015 o feminicídio foi reconhecido no Brasil, passando a configurar-se enquanto condição tipificadora, sendo considerado crime hediondo com o Decreto-Lei 2.848/40. O Cariri cearense é marcado historicamente pela presença de casos de feminicídio caracterizados pela brutalidade e o intenso apelo popular. Casos como escritório do crime, ocorrido nos anos 2000, ou das professoras Silvano Inácio de Souza e Cidcleide Bezerra Campos assassinadas em praça pública em 2015, ou da vereadora Yanne Brenna assassinada em 2023, revelam um palco trágico, onde mesmo em frente da intensa revolta popular e repercussão nacional, perpetua-se um Tabu social acerca do tema. As inquietações frente a este cenário de marcas profundas e trágicas resultaram no interesse em investigar as representações sociais de feminicídio por parte dos homens da região. Haja vista que o fenômeno está diretamente relacionado às práticas sociais desses homens, buscamos mergulhar nos valores, crenças, cognições e condutas que orientam seu pensamento social e suas condutas. Assim, foram realizadas 07 entrevistas em profundidade com duração média de 40 minutos. O recrutamento dos participantes se deu a partir da amostragem bola de neve. O instrumento utilizado foi desenvolvido a partir de um roteiro de entrevista dividido em 3 blocos, combinando perguntas e imagens no intuito de favorecer a livre expressão dos participantes sobre o tema. O tratamento e análise dos dados se deu mediante uma análise temática de conteúdo. Emergiram da análise 4 categorias de sentido trabalhadas a partir de 2 eixos temáticos orientados pela articulação de conceitos de diferentes abordagens dentro da teoria das representações sociais. As 4 categorias resultantes foram: 1) Generalização da violência contra a mulher; 2) Violência e feminicídio como frutos de um problema de adoecimento dos homens; 3) Determinante biológico do gênero como causa/justificativa para violência de gênero; 4) Deslegitimação das conquistas legais em contextos de violência contra mulher e feminicídio. Discutidas a partir de dois eixos temáticos: Generalizando para deslegitimar: quem tem medo do feminicídio? Dimensões alteritárias: representando a violência por um olhar alheio As conclusões deste estudo evidenciaram um pensamento social marcado por estratégias grupais protetivas, que incluem o mascaramento de elementos contra-normativos e a deslegitimação de conquistas legais em contextos de violência de gênero na região. Observamos também a manutenção de dadas crenças e valores conservadores na direção de proteger sua identidade do que acreditam ser ameaças oriundas das mudanças sociais. Consideramos tais categorias, como formas de construir sentido em torno do feminicídio por parte dos homens do Cariri, que, quando postas em perspectiva junto ao contexto histórico da região, traduzem como a construção e o compartilhamento do pensamento social masculino pode justificar/viabilizar valores, crenças, e posicionamentos que desaguam no acolhimento e perpetuação de práticas violentas.

Palavras- chave: feminicídio, representações sociais; homens; cariri; violência de gênero.

ABSTRACT

According to the latest Brazilian Public Security Forum, in 2024 Ceará evidenced a 44.8% increase in the rate of registered femicides. Until 2023, only 6.6% of all murders of women were classified as femicide in the state. The data revealed a state where violence against women and the occurrence of femicides seem to be systematically silenced over the years. Femicide operates based on the historical and social understanding of the exercise of the patriarchal function, where men believe they hold the power to determine women's behavior, legitimizing control over their bodies and lives. It was only in 2015 that femicide was recognized in Brazil, becoming a typifying condition and being considered a heinous crime under Decree-Law 2.848/40. The Cariri region in Ceará has been historically marked by cases of femicide characterized by brutality and intense popular appeal. Cases such as the "crime office," which occurred in the 2000s, or the murders of teachers Silvano Inácio de Souza and Cidcleide Bezerra Campos in a public square in 2015, or the councilwoman Yanne Brenna murdered in 2023, reveal a tragic scenario where, despite intense popular outrage and national repercussion, a social taboo about the theme persists. The concerns about this deeply and tragically marked scenario resulted in the interest in investigating the social representations of femicide by men in the region. Considering that the phenomenon is directly related to the social practices of these men, we sought to delve into the values, beliefs, cognitions, and behaviors that guide their social thinking and conduct. Thus, seven in-depth interviews averaging 40 minutes in duration were conducted. Participants were recruited using snowball sampling. The instrument used was developed from an interview guide divided into three sections, combining questions and images to encourage the free expression of participants on the topic. The treatment and analysis of the data were conducted through thematic content analysis. Four categories of meaning emerged from the analysis, developed based on two thematic axes guided by the articulation of concepts from different approaches within the theory of social representations. The resulting four categories were: 1) Generalization of violence against women; 2) Violence and femicide as a result of men's mental health issues; 3) Biological determinant of gender as a cause/justification for gender violence; 4) Delegitimization of legal achievements in contexts of violence against women and femicide. These were discussed from two thematic axes: Generalizing to delegitimize: who is afraid of femicide? Alterity dimensions: representing violence through an external perspective. The conclusions of this study evidenced social thinking marked by protective group strategies, which include the masking of counter-normative elements and the delegitimization of legal achievements in contexts of gender violence in the region. We also observed the maintenance of certain conservative beliefs and values aimed at protecting their identity from perceived threats arising from social changes. We consider these categories as ways of constructing meaning around femicide by men in Cariri, which, when viewed in the context of the region's history, translate how the construction and sharing of male social thinking can justify/facilitate values, beliefs, and positions that result in the acceptance and perpetuation of violent practices.

Keywords: femicide, social representations, men, Cariri, gender violence.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. REPRESENTAÇÃO SOCIAL E TERRITÓRIO: A MARCA DO FEMINICÍDIO NO CARIRI.....	23
2.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	23
2.2 TERRITÓRIO: MARCAS DO FEMINICÍDIO NO CARIRI.....	31
2.3 RELAÇÕES INTERGRUPAIS, GÊNERO E FEMINICÍDIO: UM CONHECIMENTO COTIDIANO.....	39
3. OBJETIVOS E MÉTODO.....	46
3.1 OBJETIVOS.....	46
3.1.1 Objetivo geral.....	46
3.1.2 Objetivos específicos.....	46
3.2 PERCURSO METODOLÓGICO: ACESSANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FEMINICÍDIO PELOS HOMENS DO CARIRI.....	46
3.2.1 Participantes.....	48
3.2.2 Bola de Neve e seus percalços.....	50
3.2.3 Entrevistas e uso de imagens como gatilho.....	52
3.2.4 Efeitos do uso do gravador na entrevista.....	55
3.2.5 Estratégias de análise dos dados / ou Análise de conteúdo de entrevistas e imagens.....	56
4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FEMINICÍDIO NO CARIRI CEARENSE.....	58
4.1 GENERALIZANDO PARA DESLEGITIMAR.....	58
4.1.1 Generalização do feminicídio e da violência contra a mulher.....	59
4.1.2 Deslegitimação das conquistas legais em contextos de violência contra mulher e feminicídio.....	62
4.1.3 Objetivação e ancoragem: representando o feminicídio além das máscaras..	65
4.2 DIMENSÕES ALTERITÁRIAS : O FEMINICÍDIO POR UM OLHAR ALHEIO..	68
4.2.1 Violência e feminicídio como frutos de adoecimento mental dos homens...68	
4.2.2 Determinante biológico do gênero como causa/justificativa para violência de gênero;.....	70
4.2.3 Quem tem medo do feminismo? Alteridade radical e feminicídio.....	72
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICE A.....	90
ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	90

1. INTRODUÇÃO

A origem do termo feminicídio remonta ao histórico pronunciamento de Diana Russell no tribunal internacional de crimes contra mulheres, ocorrido em Bruxelas em 1976, quando utilizou o termo *femicide* para descrever o assassinato sistemático de mulheres por parte de homens motivados pelo sentido de propriedade, desprezo, dominação ou por ódio (PONCE, 2012). De lá para cá o termo se tornou referência jurídica no combate ao fenômeno social da violência de gênero contra mulheres, sendo debatido em seu caráter ético e político, uma vez que a agregação dos conceitos de misoginia e patriarcado passam a nortear as discussões e estudos em torno do tema (GROSSI, 1994).

No Brasil a utilização do termo feminicídio só passou a ganhar alguma notoriedade social quando se efetivou juridicamente, sendo considerado crime hediondo em 2015 com o Decreto-Lei 2.848/40. A partir deste marco, torna-se circunstância qualificadora de homicídio, alterando o código penal e a lei de crimes hediondos 8.072/90. A escolha do termo feminicídio para definir o assassinato de mulheres em função de questões de gênero advém de discussões em torno de reflexões sobre o termo cunhado por Russell em suas diferentes tipologias, já que a sua tradução literal *femicídio* (do inglês “*femicide*”) seria análoga ao homicídio. A opção pelo termo feminicídio o aproxima propositalmente do conceito de genocídio no intuito de reforçar a urgência de ações legislativas efetivas por parte do Estado no combate a este tipo de crime (PAMPLONA, 2020).

O feminicídio opera a partir da hierarquia entre grupos sociais, sendo alicerçado no entendimento histórico e social do pressuposto do exercício da função patriarcal, ou seja: “os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas (mulheres, crianças e adolescentes), legitimados ou com a tolerância societal para punir o que se lhes apresenta como desvio”. (SOUSA, 2016, p. 23)

Esta pesquisa se origina a partir de inquietações oriundas do histórico trágico de feminicídios de grande repercussão no território do Cariri cearense, juntamente com a constatação de um padrão de casos polêmicos que vem se intensificando na região nos últimos anos. Há também uma forte motivação pessoal para o desenvolvimento desta pesquisa, minha tia e irmã mais nova de minha mãe, foi uma das vítimas do machismo e do feminicídio no Cariri.

Edilene Pinto Esteves foi morta em 2002 junto com outras 6 mulheres de forma cruel e hedionda no caso “escritório do crime” citado entre outros neste estudo. Este caso que marcou para sempre minha trajetória e a de inúmeras famílias no sertão do cariri completou

20 anos em junho de 2022 e continua com muitas perguntas não respondidas até os dias atuais.

O Cariri cearense é uma região metropolitana localizada ao sul do Ceará, com uma média de distância de 600 km das capitais nordestinas mais próximas, como Fortaleza e outras grandes capitais do nordeste como Recife - PE e João Pessoa - PB. A região é formada por 28 municípios ao todo que compõem toda a macrorregião sul do estado, fazendo divisa ao oeste com o Piauí e ao leste com a Paraíba e ao sul com Pernambuco (TELES, SILVA E RIBEIRO, 2020).

A região metropolitana do Cariri tem como eixo central a conurbação conhecida como Crajubar, formada pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. As três cidades sofrem um processo intenso de urbanização e desenvolvimento socioeconômico ligadas a forte presença de indústrias e malhas viárias que interligam os sertões do nordeste em todas as direções. O Cariri é uma região profundamente marcada pelo tradicionalismo cultural e a religiosidade, sendo palco de inúmeros acontecimentos históricos e intensas manifestações da cultura popular. Do padre Cícero ao Lampião, O Cariri é cenário de símbolos e elementos que ajudaram a consolidar o que exportamos como cultura nordestina (JUNIOR, 2009; MARQUES, 2004).

Mas é outro aspecto que também se faz presente e muito marcante na região que parece não receber a mesma atenção: o feminicídio. O território do Cariri vem sendo palco de inúmeros casos de feminicídio e violência contra a mulher, marcados por revoltas seguidas de um silenciamento generalizado sobre o tema. Na mesma mão dos índices e mapeamentos em território nacional o Cariri parece tratar o feminicídio como um Tabu social, o que facilita sua subnotificação assim como dificulta a compreensão em torno do fenômeno, as práticas sociais que desaguam no mesmo, seus mecanismos de atuação, manutenção e perpetuação.

Embora o uso do termo feminicídio só tenha ganhado notoriedade a partir de seu marco legal recente, o fenômeno do feminicídio, por outro lado, remonta às origens de nossa própria civilização (PONCE, 2012). Atualmente, várias iniciativas vêm buscando mapear, estudar e combater estrategicamente este fenômeno. Dados dos fóruns brasileiros de segurança pública (2020; 2023; 2024) têm revelado um aumento no número não apenas de registros de casos, mas também de possíveis subnotificações. Isto nos mostra um silenciamento sistemático do assassinato de mulheres que percorre todo território nacional.

Nesse sentido, relatórios independentes como “a dor e a luta” (RAMOS, 2020) surgem no intuito de promover uma contrapartida mais detalhada quanto as subnotificações, gerindo um trabalho de análise e filtragem desses dados para revelar a ocorrência destas

subnotificações e desenvolver articulações estratégicas para combater tais fenômenos. O Ceará aparece em lugar de destaque neste relatório revelando-se como o estado brasileiro com maior subnotificação dos casos de feminicídio.

Estes relatórios são importantes para situarmos como a região do Cariri aparece no mapa nacional desvelando uma realidade cruel de sua história, porém pouco conhecida fora dos limites da região. Casos recentes e de grande repercussão social como os das professoras Silvany¹ e Cicleide², assassinadas por ex-companheiros em praça pública em um curto intervalo de tempo no ano de 2015, ou da presidenta da câmara de vereadores da cidade de Juazeiro do Norte, Yanny Brena³, assassinada pelo ex-namorado em casa no ano de 2023, foram expoentes de revoltas populares e protestos na região, mas rapidamente tirados de foco nos meios locais. Estes entre muitos outros casos desvelam uma marca específica da região: “uma terra perigosa para as mulheres”, como trouxe Soares, (2019, p.137).

O fato do cariri ser uma terra marcada fortemente pela religiosidade e o tradicionalismo parece infelizmente unificar arquétipos culturais, morais e sociais em torno de um patriarcalismo rural (SOARES, 2019). Encontramos poucos estudos e discussões abordando diretamente o tema na região. No entanto, nos chamou atenção o estudo de Freitas, Brito e Landim (2018) que mostrou como os feminicídios ocorridos em 2015 evidenciaram um padrão característico destes crimes na região, tanto nos acometimentos quanto no silenciamento sistemático acerca do tema após os crimes. Revelando um território de disputa na região, por um lado uma intensa tendência da região à naturalização da impunidade sobre estes tipos de caso, por outro uma articulação de revoltas populares buscando denunciar e combater tais crimes.

Levando em conta que é a partir das teorias do senso comum - ou das representações sociais que as práticas sociais e as diversidades grupais são construídas e dão sentido à realidade social (SANTOS, 2005), entendemos a necessidade de adentrar o fenômeno com a amplitude e profundidade de recursos possíveis ofertados pelo prisma teórico da teoria das representações sociais. Afinal, diante de um contexto tão violento, onde a urgência de medidas efetivas se faz cada dia mais presente, torna-se necessário indagarmos o que se

¹ <

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/11/25/ato-expoe-imagens-de-vitimas-de-femicidio-no-ceara-no-dia-da-nao-violencia-contr-a-mulher.ghtml> >.

² <

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/01/acusado-de-matar-professora-a-facadas-no-crato-e-condenado-a-21-anos-de-prisao.ghtml> >.

³ <

<https://g1.globo.com/ce/ceara/cariri/noticia/2024/03/03/ha-um-ano-vereadora-yanny-brena-foi-assassinada-pelo-companheiro-no-ceara.ghtml> >.

apresenta de fundo neste cenário trágico: O que pensam os homens da região sobre o feminicídio? Que teorias do senso comum circunscrevem seus posicionamentos, crenças e valores sobre o tema?

Estas questões norteadoras definitivamente não são respondidas facilmente, sequer a partir de um único estudo. Requerem um engajamento e aprofundamento contínuos de reflexões e discussões diante de um tema tão complexo e perpassado por tantos fatores. Porém um primeiro mergulho na realidade destes homens nos permite vislumbrar direcionamentos para delimitarmos e compreendermos a gênese deste fenômeno na região, levando em conta seus elementos de manutenção e perpetuação específicos.

Acessar estes elementos só foi possível a partir da teoria das representações sociais. Como traz Mazzotti (2002) o sucesso desta teoria se dá mediante seu constante movimento de atualização em torno da compreensão dos fenômenos coletivos. O alcance às normativas e regras que conduzem o pensamento social que a teoria oferece permite compreendermos a relação indissociável que forma o conjunto sujeito e objeto, ultrapassando a distinção entre os universos interior e exterior, uma vez que este vínculo é intrínseco dentro do nexos social. Toda representação, ainda que possua elementos individuais, terá sempre um caráter social oriundo dos processos simbólicos das condutas e comportamentos humanos socialmente estabelecidos(MOSCOVICI, 2012).

Reconhecer o fato de que as pessoas não constroem seus pensamentos de forma isolada, mas a partir de influências e informações coletivamente compartilhadas, permite entender a importância de acessarmos, classificarmos, e interpretarmos estas construções.

Para alcançarmos os resultados deste estudo recorreremos a diferentes ferramentas e conceitos teórico-metodológicas das teorias das representações sociais tais como o conceito da zona muda e pressão normativa, trabalhadas por Claude Abric (2003); A compreensão da influência normativa nas representações trabalhadas por autores da escola de Aix como Deschamps e Guimelli (2004), Gaymard (2003), Gilbert e Hixon (1991); O conceito de transparência das representações sociais trabalhado por Flament e Rouquette (2003). Além de considerarmos a necessidade de discutir a partir dos estudos de Doise (2002) a importância da dinâmica intergrupal na formação destas representações.

Por último, porém não menos importante, foi fundamental no eixo central deste estudo que pensássemos pelas lentes de Jodelet (2001; 2005) a necessidade do aprofundamento nos processos de ancoragem e objetivação destas representações, assim como na exigência de pensar o feminicídio a partir da dinâmica alteritária que se mostrou presente e acentuada nos conteúdos coletados.

Nesse sentido, abordar o feminicídio pela óptica dos homens do cariri foi também mergulhar em como estes sujeitos definem, orientam e organizam sua realidade social, acoplando suas crenças, identidades, cognições e condutas sobre os outros e sobre si mesmos enquanto grupo. Para tal, buscamos investigar suas representações sociais de feminicídio levando em conta elementos circundantes que compõem os processos tangíveis da dinâmica cultural e social da região. Um primeiro recorte necessário foi compreender os limites e especificidades do território, reconhecendo um conjunto de características e elementos simbólicos que compõem a historicidade do Cariri, desde seus mitos fundadores até suas tradições e crenças presentes na atualidade de seu cotidiano (MARQUES, 2004; GONÇALVES, 2008).

Para investigar as representações sociais de feminicídio pelos homens do cariri foi necessário também apropriar-se do contexto local e de como seus elementos moldam os sentidos atribuídos a violência de gênero no território. Primeiro foi preciso nos situarmos acerca dos dados e discussões atuais em torno do objeto estudado. Depois delimitar um caminho de acesso metodológico a estes homens.

No decorrer deste processo pudemos averiguar as inúmeras barreiras ao tratar de tal tema com homens, e como características e aspectos ligados à cultura e ao território intensificam ainda mais o caráter “tabu” que um tema como este pode assumir no contexto social. O fato do recorte deste estudo ser direcionado ao pensamento social masculino também exigiu um mergulho na compreensão teórica em torno daquilo que consideramos orientar as performances de gênero em nossa sociedade, entendendo as raízes e os mecanismos basilares daquilo que aprendemos a considerar ser homem (CONNELL, 2005; 2009; 2014; 2016; JÚNIOR, 2003; 2012)

Buscamos investigar o que vem sendo publicado em torno do tema, e quais estudos direcionam-se a adentrar e acessar o pensamento social dos homens sobre o feminicídio. Constatamos já de início a escassez de estudos nesse sentido, após um levantamento bibliográfico nos principais repositórios e bancos de dados de pesquisa encontramos apenas 3 estudos que trabalharam as representações sociais de feminicídio a partir da ótica específica dos homens. Já no que tange a estudos sobre a violência de gênero e o feminicídio encontramos pelo menos 200 estudos trabalhando direta e indiretamente com representações sociais sobre estas temáticas.

A dissertação de mestrado de Pamplona (2020), investigou o pensamento social e a categorização do feminicídio pelos agentes estatais como policiais, agentes penitenciários e juristas a partir de entrevistas e da análise documental de inquéritos policiais. Seu trabalho

nos mostrou como o feminicídio vem sendo tratado pelos homens atualmente junto à justiça brasileira, categorizando e produzindo teorias do senso comum em torno do tema na medida em que também conservam práticas e crenças que negligenciam a responsabilidade social do grupo homens sobre o fenômeno.

Em seu trabalho Pamplona (2020) encontrou diferentes categorias de feminicídio, tais como o feminicídio de rua - aquele oriundo de causas ligadas a violação de leis, como tráfico de drogas, prostituição ou envolvimento de facções -, e o feminicídio doméstico - aquele acometido por razões “passionais” no leito familiar. Estas categorias presentes nos discursos dos agentes públicos permitiram que a autora discutisse a presença de crenças que culpabilizam a vítima e da tendência a minimizar a violência de gênero a depender do contexto e da carga valorativa moral atribuída à situação.

Justificar tais crimes, ou mesmo culpabilizar as vítimas, também foram aspectos encontrados no estudo de Madureira et al (2018) e Santos (2018), em ambos os estudos as representações sociais de feminicídio pelos homens vieram conectadas a Lei Maria da Penha e a uma tentativa do grupo de proteger-se da responsabilidade social sobre a violência de gênero, muitas vezes atribuindo um caráter super protetivo do estado ou justificando o acometimento de feminicídios a partir de crenças de que a violência atingiria muito mais os homens do que as mulheres.

Apesar de compreendermos as similaridades e padrões nos discursos dos homens, nosso estudo acoplou em seus objetivos e métodos a ampliação da investigação a partir das especificidades territoriais. Nesse sentido buscamos ressaltar como os elementos ligados à cultura e ao território influem sobre as crenças destes homens, assim como expor de forma organizada tanto as crenças quanto as cognições mascaradas no eixo social. Logo, vemos a importância da busca pelo rompimento dos tabus sociais, principalmente aqueles que de alguma forma contribuem para a manutenção e práticas violentas.

O presente trabalho buscou, nesse sentido, adentrar as especificidades do feminicídio no Cariri, tanto enquanto um fenômeno ambíguo na forma como é tratado e comunicação na região, quanto pela sua construção histórica e cultural. Direcionar o estudo para o público maculino foi a principal missão desta pesquisa, com objetivo de ampliar o conhecimento científico sobre o tema e indicar possíveis caminhos para produzir literatura sobre este fenômeno na região. O presente trabalho se divide em 4 capítulos e seus respectivos tópicos e subtópicos.

No primeiro capítulo - representação social e território: a marca do feminicídio no Cariri - trataremos do referencial teórico utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa e

dos alicerces teóricos que utilizamos para abordar nosso objeto. Este primeiro momento é constituído pela nossa revisão de literatura. Nele optamos por começar abordando com profundidade os conceitos basilares extraídos da teoria das representações sociais que utilizamos neste estudo. Buscamos também mergulhar no território do cariri, seus elementos formativos e culturais, seus mitos fundadores assim como seu contexto atual. Para tal trabalhamos a relação que a região tem com o feminicídio e seus elementos circundantes com base na literatura que encontramos.

Buscamos ainda articular em nossa revisão de literatura os estudos de gênero, principalmente ligados a construção das masculinidades (CONNELL, 2005) para com as características regionais que compõem as performances masculinas na região (JÚNIOR, 2012). A partir desta articulação pudemos trabalhar pelas lentes da teoria das representações sociais como a dinâmica intergrupala circunscreve os processos de formação das representações sociais assim como seus impactos nas práticas sociais.

No segundo capítulo - Objetivos e métodos - descrevemos a construção de nosso percurso metodológico, passando pelos objetivos, ferramentas e técnicas utilizadas durante o desenvolvimento desta pesquisa. Abordaremos as dificuldades e também as estratégias e soluções encontradas durante o processo. Por fim descreveremos como se deu o processo de coleta e tratamento inicial dos dados.

No terceiro capítulo- Representações sociais de feminicídio no cariri cearense - apresentaremos os resultados dos dados coletados, assim como a descrição de como construímos nossa análise de conteúdo. Apresentaremos a partir de dois eixos temáticos as 4 categorias separadas e trabalhadas a partir da similaridade de seus conteúdos e seus significados subjacentes. Traremos essas categorias a partir da exposição das falas coletadas durante as entrevistas.

O capítulo final desta dissertação - nossas considerações finais - trará nossas considerações sobre seus resultados, limitações e apontamentos. Discutiremos as representações sociais de feminicídio destes homens para além da categorização de elementos e significados, mas a partir de uma visão ampla dos acontecimentos, buscando evidenciar como as crenças e valores que orientam suas condutas e cognições apareceram durante as entrevistas, e refletir sobre seus impactos para o feminicídio na região.

Constatar como o feminicídio é uma marca histórica e simbólica na região do Cariri foi difícil e exigiu uma articulação precisa e cuidadosa em prol da combinação de recursos para acessar o pensamento social destes homens. A urgência em compreender como práticas sistemáticas de extrema violência são geradas e mantidas em nossa sociedade atual se

mostrou ainda mais acentuada na medida em que nos aprofundamos cada vez mais no tema desta pesquisa. Os achados desta dissertação serão aqui discutidos com intuito de possibilitar questionamentos e apontamentos para pesquisas futuras.

2. REPRESENTAÇÃO SOCIAL E TERRITÓRIO: A MARCA DO FEMINICÍDIO NO CARIRI.

No decorrer deste capítulo buscaremos compreender a construção histórica e cultural do fenômeno do feminicídio no Cariri Cearense e as especificidades presentes no território desta região. Para isso partiremos de conceitos basilares da teoria das representações sociais assim como as diferentes abordagens que compõem a teoria, depois discutiremos os processos de construção histórica em torno da temática do feminicídio, abordando as especificidades do território do Cariri. Por último, introduziremos ainda a discussão entre as representações sociais, violência e o papel das relações de gênero na formação da identidade masculina e seus efeitos sobre os comportamentos e crenças dos homens.

2.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Historicamente a teoria das representações sociais rerepresentou um campo de grande interesse de vários saberes das ciências humanas como a antropologia, sociologia e a história: a necessidade de compor uma teoria científica acerca dos processos pelos quais os indivíduos em constante interação social produzem e constroem explicações sobre os objetos sociais e o mundo ao seu redor (VALA, 2006).

As representações sociais na definição clássica de Jodelet (2001) podem ser entendidas como “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 22). Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, as representações sociais são manifestadas como elementos cognitivos - imagens, categorias, conceitos, teorias - mas que não se reduzem a tais elementos, assumindo um caráter contextual e dinâmico. Deste modo, as representações são fenômenos sociais essencialmente acessados a partir de seu conteúdo cognitivo, porém podendo ser abordados a partir do seu contexto de produção.

Parte daí, a máxima da teoria das representações sociais enquanto o estudo das teorias do senso comum, ou seja, o senso comum enquanto modalidade de conhecimento prático está ligado diretamente a realidade dos grupos e categorias sociais, sendo basilar na formação de sua visão de mundo, crenças, valores, atitudes e contribuindo para sua identidade social (ABRIC, 1998; JODELET, 2001).

A teoria das representações sociais se fundamenta na noção de que o indivíduo formula o pensamento social extraíndo-o da sociedade por meio de categorias, logo as teorias do senso comum não poderiam ser reduzidas a versões primitivas do conhecimento científico (MOSCOVICI, 2003), pois operam a partir de lógicas distintas capazes de produzir o próprio corpo teórico do pensamento social em todas as suas diferentes nuances. Nesse sentido a TRS é uma abordagem teórica dedicada a investigar os processos sociocognitivos e construtos ligados a maneira como as pessoas pensam o seu cotidiano, enquanto a representação social em si é uma entre outros elementos presentes nos construtos do senso comum, como atitudes, ideologias, nexos, imagens, etc. (WACHELKE E CAMARGO, 2007). Pode-se pensar a representação social então como uma ponte entre o indivíduo e o coletivo, porém entendendo-as também como construtos produzidos não apenas pela sociedade como um todo, mas pelos produtos dos grupos sociais que a constituem (RIBEIRO E ROCHA, 2016).

O aporte teórico oferecido pela TRS é um amplo campo de possibilidades, por se tratar primordialmente da construção de teorias do senso comum acerca de um dado objeto, é igualmente possível abordar as representações sociais a partir de diferentes perspectivas no que tange aos seus processos de construção (SANTOS, 2005).

Moscovici (2003) identificou dois processos principais basilares na constituição de uma representação social: a objetivação e a ancoragem. Na objetivação o conceito ou noção abstrata ganha forma por meio de ideias ou imagens que resultam em uma organização/estrutura dos conteúdos semelhantes, como um mapa conceitual (DOISE, 2002).

A objetivação é uma operação fundamentalmente formadora de imagens, ou seja, é a partir dela que noções abstratas transformam-se em algo concreto, quase tangível, onde o conteúdo interno assume de tão vívido o caráter de uma realidade externa. (MOSCOVICI, 2003). Este processo implica três etapas: primeiramente, a descontextualização da informação através de critérios normativos e culturais; em segundo lugar, a formação de um núcleo figurativo, a formação de uma estrutura que reproduz de maneira figurativa uma estrutura conceitual; e, finalmente, a naturalização, ou seja, a transformação destas imagens em elementos da realidade (JODELET, 2001).

Já no processo de ancoragem a informação passa a ser processada e classificada sobre um objeto social até ser assimilada junto às estruturas de conhecimento anteriormente existentes, ou seja, é quase uma inserção orgânica onde ancora-se o conteúdo até então desconhecido a representações já existentes (JODELET, 2001).

Diversos estudiosos contribuíram para o desenvolvimento da TRS, trazendo diferentes ênfases e ferramentas para acessar e interpretar como são construídas e compartilhadas as

teorias do senso comum (RIBEIRO E ROCHA, 2016). O foco no processo ou no produto pode alterar tanto a maneira de acessar a representação social quanto a interpretação acerca de seu alcance conceitual e metodológico, resultando em uma pluralidade nas formas de apreensão do objeto de estudo (WACHELKE E CAMARGO, 2007). A diversidade de ferramentas e métodos ofereceu à teoria uma amplitude de perspectivas e ferramentas complementares que enriqueceram a sua compreensão, resultando em diferentes abordagens teóricas dentro da teoria.

As principais abordagens teóricas da TRS, foram organizadas de maneira dinâmica e complementar a partir das formas de apreensão do objeto de estudo. São elas: a sociogenética vinculada a Serge Moscovici(2012) e Denise Jodelet (2001), cuja a ênfase é na emergência das representações sociais, suas forças geradoras, estudando a fundo a ancoragem e objetivação; a abordagem estrutural que tem como principais referências o Jean-Claude Abric (1998) e Claude Flament (1999) e se aprofunda no conteúdo das representações, sua organização, sua dinâmica, se debruçando também sobre a teoria do Núcleo central e suas implicações; a sociodinâmica que tem sua vinculação aos estudos das relações sociais feitos principalmente por Willem Doise (2002), que mergulha em como as relações de poder e dominação influenciam diretamente no senso comum; E a abordagem dialógica, inspirada nos trabalhos de Ivana Marková (2006) que desvela as relações entre linguagem, comunicação e as representações sociais.

Embora com diferentes ênfases, as abordagens são complementares, proporcionando juntas um entendimento muito mais abrangente e profundo acerca do fenômeno das RS. Logo, quando nos aprofundamos nas abordagens podemos encontrar suas diferenciações e aproximações, desvelando uma amplitude de olhares acerca da dinâmica representacional (RIBEIRO E ROCHA, 2016).

Na perspectiva de Jodelet (2001) as representações sociais se apresentam de maneiras variadas, condensadas muitas vezes em conjuntos de significações e sistemas de referências, logo permitem interpretar tanto o mundo e seus acontecimentos por meio de categorias, quanto classificar circunstâncias e acontecimentos da vida cotidiana. O foco proposto por Jodelet (2001) é a sociogênese do pensamento social em seus aspectos constituído (produto) e constituinte (processo), de modo que a objetivação e a ancoragem serão os processos basilares discutidos neste estudo. Portanto o território enquanto tecido afetivo das trocas interacionais se insere de forma constante no processo de constituição das representações sociais, fornecendo elementos que fundamentam simbolicamente e materialmente as significações e ressignificações da realidade cotidiana (RIBEIRO E LIMA , 2011).

O conceito de alteridade radical é elaborado por Jodelet (2001; 2005) ao afirmar que o processo de construção da alteridade comporta, por vezes, o tratamento ao outro como estranho e diferente, se limitando a elementos negativos, como acontece nos casos de racismo e das violências estruturais. A alteridade é lida como resultado de um duplo processo, que por um lado, constrói as identidades grupais e por outro se limita a partir da exclusão e da redução do outro enquanto uma ameaça, limitando a diferença em sua essência negativa (JODELET, 2005).

Jodelet (2005) a partir de seu estudo sobre alteridade e loucura, distingue dois modelos de alteridade: por um lado a alteridade como externa, ou do lado de fora, constituída a partir do distanciamento, como entre os povos e grupos situados em diferentes espaços e tempos; e do outro, o lado de dentro, referente às marcas internas da diferença a partir da ordem psíquica ou corporal, como é o caso dos elementos de diferenciação como: raça, cor, gênero, modos de vida e de sexualidade, etc. Esta segunda opção torna a distinção interiorizada, mesmo dentro do mesmo agrupamento cultural e territorial, sendo, por tanto, a raiz do mal estar.

A abordagem estrutural (ABRIC, 1998), por exemplo, se diferencia pela ênfase na organização e na estrutura das representações sociais, enquanto, a abordagem sociogenética destaca as influências contextuais e históricas na formação das representações a partir do aprofundamento nos processos formadores (objetivação e ancoragem).

Abric (1998) defende a ideia da elaboração de uma estrutura para a representação social, composta por um núcleo central e elementos periféricos, onde a organização estrutural é o aspecto que difere as representações sociais. O núcleo central remete a parte mais estável e resistente às mudanças, enquanto os elementos periféricos permitiriam a adaptação à realidade e à proteção do núcleo central. Esta noção de um duplo sistema (central e periférico) permitiu a Abric (1998) aprofundar o entendimento acerca de características essenciais das representações sociais.

A noção de que as representações podem ser, ao mesmo tempo, rígidas e flexíveis permitiu a Abric (1998) ampliar a noção de núcleo central entendendo que a natureza de uma representação é diretamente determinada pelo tipo de relações que os grupos mantêm com o objeto e pelo sistema de valores e normas sociais em dado contexto. Nesta perspectiva Abric (2003) sugere que núcleo central é composto por elementos normativos e funcionais, sendo os normativos ligados ao julgamento, atitudes e estereótipos relacionados ao objeto e os funcionais referentes às práticas exercidas sobre o objeto. Abric e Tafani (1995) mostraram ainda que certos elementos podem ser simultaneamente funcionais e normativos.

Nesse sentido torna-se fundamental compreender o Núcleo Central como sendo determinado pelas condições históricas e ideológicas. Logo, ele é parte dos processos que marcam a memória coletiva e partilhada, sendo, portanto, indispensável sua identificação para avaliar a homogeneidade de um grupo (MAZZOTTI, 2002).

A organização global dos elementos de uma RS trouxe à tona uma região de difícil acesso das RS, que chamou de “Zona muda”, um conjunto de crenças e valores, não expressas pelos sujeitos em condições normais em face da pressão oriunda de valores e normas morais coletivas (ABRIC, 2003). Abric (1998) chamou de pressão normativa esta pressão exercida com base nos valores e normas .

A pressão normativa diz respeito à força que as normas sociais e os sistemas de valores de um grupo ou sociedade exercem sobre a forma como os indivíduos percebem e interpretam o mundo social ao seu redor. Estas normas podem ser explícitas ou implícitas e são internalizadas pelos membros do grupo ao longo do tempo, moldando as suas percepções, atitudes e comportamentos (ABRIC, 1998). A origem da pressão normativa remete a dois elementos situacionais: o próprio sujeito e o grupo de referência, ou seja, a verbalização ou omissão de dados elementos depende do contexto e para quem são emitidos (MENIN, 2006).

A noção de que as normas sociais e os estereótipos não apenas influenciam no acesso às representações sociais como também desvelam como estas são produzidas e transmitidas a partir dos grupos, é também, um marco muito importante e crucial para o entendimento da abordagem estrutural e de suas implicações nos métodos e técnicas de investigação nas representações sociais (MAZZOTTI, 2002).

No intuito de driblar o mascaramento de dados elementos em face da pressão normativa elucidando o núcleo central das representações, Abric (2003) sugere técnicas visando diminuir os efeitos da pressão normativa sobre os indivíduos. As principais técnicas utilizadas pelo mesmo são a de substituição e a descontextualização normativa.

A técnica da substituição consiste em reduzir a pressão normativa, gerindo um distanciamento do nível de implicação pessoal do sujeito em relação à representação do objeto. Isto se dá, solicitando primeiro que o indivíduo emita suas opiniões a partir de associações sobre o tema e em seguida solicitando que o mesmo emita opiniões como sendo um grupo ou sujeito de referência (MENIN, 2006).

Vale ressaltar que a técnica de substituição encontra como limite a possibilidade das representações fornecidas não fazerem parte da zona muda, porém serem representações do grupo ou sujeito de referência utilizado durante a substituição. Este limite foi pontuado pelo próprio Abric (2003) enquanto ressalva na hora de aplicar tal técnica.

Já a técnica da descontextualização normativa consiste em manipular a referência ou receptor das respostas do sujeito, ou seja, a quem o sujeito responde. Desta forma o sujeito poderia emitir suas opiniões contra-normativas sobre dado objeto de acordo com a referência a quem as respostas são emitidas, no caso podendo ser o entrevistador alguém do próprio grupo do sujeito (com os mesmos valores) ou alguém de um grupo diferente (MENIN, 2006).

Abric(2003) ressalta ainda que é mais fácil o sujeito emitir respostas com ideias desviantes ou contra normativas quando de frente a uma pessoa menos próxima que não partilha dos mesmos sistemas de valores de referência do sujeito.

A compreensão do duplo sistema das RS e seu caráter rígido e flexível, assim como da influência das normas sociais no acesso às RS trazida pelo Abric (1998) permitiu também o avanço nas discussões acerca das relações inter-grupais e a formação das RS. Nesse sentido dados objetos assumem um caráter mais “sensível” em seu campo representacional, uma vez que são impregnados por valores sociais reconhecidos e partilhados, logo determinadas crenças ou cognições quando expressas colocariam em cheque estes valores e normas (MENIN, 2006).

Foi ao se aprofundar nos impactos da pressão normativa que Flament (1994) em seus estudos acabou encontrando implicações profundas das relações intergrupais na formação e no acesso às representações sociais. Ao compreender que as representações sociais sofriam influência normativa dos grupos de referência, o mesmo conclui que as respostas colhidas nos estudos de representação social “são largamente (se não totalmente) o reflexo complexo de diversos modelos normativos pertinentes para o objeto da representação” (FLAMENT, 1999, p. 50).

A compreensão da influência normativa sobre as representações e do papel das representações “bem vistas” ou “mal vistas” de acordo com o estereótipo que os grupos carregam uns dos outros permitiu que outros autores da escola de Aix como Deschamps e Guimelli (2004), Gaymard (2003), Gilbert e Hixon (1991), aprofundassem ainda mais as técnicas de descontextualização normativa e substituição.

À medida que novas pesquisas foram adentrando as adaptações que as representações sofriam a partir das respostas de cada grupo, Flament e Rouquette (2003) sugeriram o fenômeno da transparência das representações sociais. A transparência consiste no fato de um grupo ter conhecimento das representações de um mesmo objeto por outro grupo. Revelando não as representações próprias daquele grupo, mas apenas as representações que o grupo tem com base no estereótipo de outros grupos. Nesse sentido as mudanças de opinião, ou crenças

sofrem influência direta da tomada de conhecimento de opiniões e crenças compartilhadas por outras pessoas.

Esta influência social sobre a emissão e a estruturação das representações sociais desvela antigos problemas metodológicos da própria investigação da psicologia. Afinal, até que ponto as pessoas respondem de fato aos questionários respostas subjetivamente sinceras? Estes conceitos trabalhados a partir da abordagem estrutural da TRS foram fundamentais na elaboração e no desenvolvimento deste estudo, como veremos no decorrer dos capítulos.

Outra abordagem que trouxe elementos importantes para análise e compreensão de nosso objeto de estudo foi a sociodinâmica ou societal de Willem Doise (2002). Vinculada ao estudo das relações sociais - entendidas a partir de um olhar sobre a dinâmica social e sua inserção nas tomadas de posição - e sua relação com as representações sociais, a abordagem de Doise (2002) traz da TRS o princípio da homologia estrutural onde questões relacionadas ao poder e a dominação social se conectam diretamente na construção das teorias do senso comum.

A homologia estrutural sugere que as representações sociais dos indivíduos refletem não apenas as percepções e interpretações dos próprios indivíduos, mas também as características e dinâmicas do contexto social em que vivem (DOISE, 2010). Este conceito permite pensar as oposições e reivindicações dos grupos sociais a partir do estabelecimento de normas e identidades baseadas na pertença social (DOISE, 2002). Dessa forma, representações orientadas por normas grupais assumem um caráter notavelmente estável e consensual em alguns casos, como das masculinidades ou feminilidade, por exemplo.(POESCHL, SILVA, CLÉMENCE, 2004)

Nesse sentido a necessidade de proteger sua identidade social, distinguindo (positivamente) o grupo de pertença, explicaria a resistência à mudança de dados elementos da representação em paralelo a leves ajustamentos que permitem dar conta da evolução das mudanças de práticas sociais ligadas aos papéis sociais na atualidade, como é o caso das “posições das mulheres em nossa sociedade”(POESCHL, SILVA, CLÉMENCE ,2004, p.9).

Para Doise (2002) pensar as representações sociais e sua análise é pensar a partir do quadro das relações intergrupais, ou seja, para o autor há uma mútua determinação entre as significações nas quais as RS se ancoram individualmente e as relações simbólicas específicas de um dado campo social. Nesse sentido, a dinâmica das relações entre grupos causa modificações adaptativas nas próprias representações a partir das atribuições de outros grupos e características. Esta influência das relações intergrupais é também um campo de

desencadeamento de comportamentos discriminatórios, preconceitos, estereótipos e sua perpetuação e justificação (DOISE, 2010).

Por último, encontramos também, entre as principais abordagens, a dialógica. Desenvolvida a partir dos estudos de Marková (2006) esta perspectiva se aprofunda a partir dos estudos da linguagem e da comunicação e suas relações com a formação das representações sociais. A abordagem dialógica se concentra sobre a análise dos processos de diálogo que fecundam a construção e a negociação de significados sociais, ou seja, ressalta a importância dos discursos compartilhados e das interações na formação e manutenção das RS (NÓBREGA E ANDRADE, 2021).

Marková (2006) distingue-se de outras abordagens dentro da TRS pela sua ênfase na natureza relacional e contextual das representações sociais. A autora se debruça sobre os membros de um dado grupo social e suas interações de forma a adentrar o compartilhamento de ideias, valores, crenças e experiências que são constantemente reinterpretados e negociados e permitem o acesso às representações sociais levando em conta seu caráter dinâmico e mutável.

Embora existam diferenças importantes quando se trata das abordagens da TRS, um erro comum é pensar as abordagens a partir de uma óptica rígida ou dicotômica, onde uma necessariamente anula a possibilidade de desenvolver a perspectiva da outra sobre dado objeto. Como trazem Ribeiro e Rocha (2016) as abordagens não apenas dialogam entre si, mas muitas vezes complementam-se oferecendo contribuições mútuas e expandindo o alcance metodológico e teórico das pesquisas com TRS. Logo, torna-se necessário levar em conta na hora da escolha do objeto não apenas o corpo teórico de dada abordagem, mas como a própria dinâmica representacional do objeto estudado oferece recursos para acessá-lo e discuti-lo a partir de dada abordagem.

Para acessarmos as representações sociais de feminicídio no contexto territorial do Cariri, optamos pela combinação de ferramentas de investigação e análise de três abordagens: sociogenética, estrutural e sociodinâmica.

Levando em conta como perspectiva central para tratar do nosso objeto, nos orientamos pela sociogenética (JODELET, 2001) a partir da intenção de nos aprofundarmos sobre a gênese das representações sociais de feminicídio e a dinâmica alteritária em torno das especificidades regionais destas representações.

Embora tenhamos combinado diferentes noções e perspectivas teóricas, nosso ponto de partida foi a abordagem sociogenética desenvolvida a partir dos estudos de Jodelet (2001). Dado o contexto do objeto estudado e os objetivos da pesquisa nos debruçamos sobre a

complexidade da construção de uma RS e no funcionamento psíquico do sujeito e do sistema social em constante inter-relação, tivemos como ponto de partida duas questões clássicas trazidas pela autora e que fundamentam o foco da abordagem: 1) como o social interfere na elaboração psicológica que constitui a representação e 2) como essa elaboração psicológica interfere no social. Percebendo também o caráter polêmico e valorativo de nosso objeto de estudo para o contexto histórico e cultural da região, resgatamos conceitos importantes da abordagem estrutural (ABRIC, 1999; FLAMENT e ROUQUETTE, 2003) como a hipótese de uma zona muda, pressão normativa, influência normativa, e transparência das representações para trabalharmos a dinâmica representacional em torno dos grupos e suas influências de forma a acessarmos melhor dados elementos representacionais.

Buscamos apontar caminhos para elucidar os processos de gênese destas representações, assim como seu papel na formação de preconceitos, estereótipos, e práticas sociais que levam a violência e ao feminicídio. A partir dos conflitos e relações intergrupais tão marcantes na região, destacamos noções importantes trabalhadas por Doise (2002) como as modificações adaptativas que as RS sofrem a partir dos conflitos e compartilhamentos normativos entre grupos, gerando muitas vezes estratégias protetivas e de dominação entre eles.

Por fim encontramos nas discussões trazidas por Jodelet (2001; 2005) a respeito da dinâmica alteritária das representações sociais, um campo fundamental para compreendermos como os processos que circundam as RS de feminicídio no cariri entrelaçam-se com sua historicidade e suas relações identitárias de exclusão, dominação, e perpetuação de práticas violentas entre os grupos.

Nesse sentido adentrar o campo das RS de feminicídio no cariri é também adentrar um campo de conflito, onde o machismo e o patriarcalismo rural, não apenas parecem dar margem a processos radicais de exclusão e dominação como sustentam-se a partir do ideal cultural onde a humanidade da mulher é desistituída a partir de sua redução a um objeto/posse a ser protegido e resguardado pelos homens (JÚNIOR, 2003; SOARES, 2019).

2.2 TERRITÓRIO: MARCAS DO FEMINICÍDIO NO CARIRI

A noção de território é discutida nas ciências sociais para além da delimitação geográfica atribuída a dado espaço físico, sendo compreendida como um conceito múltiplo que abrange dimensões políticas, jurídicas, econômicas, sociais e simbólicas (ALMEIDA,

2008). Quando pensamos em território a partir da relação sociedade-espço nos deparamos com a conexão inevitável entre a construção identitária e o território. Como trazem Almeida (2008), Gimenez (1999) e Haesbaert (2007) o território é um elemento central na formação da identidade social em uma região, esta conexão território-identidade é a matéria prima de um processo social mais amplo onde indivíduos e grupos vivenciam e constroem o pensamento social a partir de sua relação com os aspectos simbólicos e funcionais de seus espaços (ALMEIDA, 2008).

De acordo com Giménez (1999), a noção de território compreende estas duas formas de abordagem: a perspectiva funcional e a simbólica. Em seu caráter simbólico a noção de território é interpretada como espaço de investimento afetivo e sedimentação simbólico-cultural onde indivíduos e grupos expressam sua identificação com os espaços vividos. Já o caráter instrumental- funcional compreende o território a partir do seu utilitarismo ou valor de uso, dado a condução de atores específicos sobre os recursos disponíveis.

Por esta razão um território pode ser representado de diferentes maneiras, ora como uma fonte de subsistência, um refúgio, ora como uma propriedade ou área geopolítica estratégica, ou até mesmo como uma bela paisagem, paraíso ecológico a ser preservado (GIMÉNEZ, 1999). A importância do território na formação da identidade de um indivíduo-grupo deve ser considerada também enquanto um espaço de representação e simbolização do grupo que o habita, criando a partir daí laços e sentidos de pertencimento e enraizamento que fundamentam sua interpretação e visão dos acontecimentos do mundo (ALMEIDA, 2008). Nesse sentido é possível levar em consideração que as operações sociais de um território incluem entre os seus ingredientes a formação e o funcionamento dinâmico das representações sociais e da apropriação do espaço/território.

Nas palavras de Almeida (2022, p. 235): “O território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem a sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural”. Nesse sentido, entender que o território é também adentrá-lo enquanto objeto e palco de operações simbólicas que fecundam a identidade cultural e social dos grupos que ali vivem (HAESBEART, 2007).

No caso do território nordestino, Albuquerque Jr (2009) já explicitou como uma construção cultural e política em torno da região foi moldada por discursos dominantes, suprimindo a diversidade cultural a partir de representações narrativas, estereótipos e elementos que generalizaram e minimizaram historicamente a diversidade e riqueza do território.

Hoje sabemos cada vez mais que o mapa do nordeste vem sendo resgatado em suas raízes culturais, ganhando traços e cores que demarcam a sua imensa diversidade identitária, cultural, geográfica, política e histórica (HAESBEART, 2007). A sua diversidade de povos, mitos, festividades e religiosidade desvela elementos que se assemelham em seu vasto macro território e se diferenciam nas especificidades de suas microrregiões (A).

Especificamente no nordeste brasileiro como demonstraram os estudos de Junior (2003) Medeiros e Cabral (2019) Medrado, Nascimento e Lyra (2019) acentuam-se ainda mais dadas normativas ligadas à masculinidade hegemônica no sertão nordestino.

Utilizamos o termo “sertão” conforme as discussões que abordam a constituição, histórica, política, e identitária acerca da origem dos conceitos e símbolos condensados em torno desta palavra (JUNIOR, 2003; STARLING, 2008). Originalmente o termo sertão nasce como contração do aumentativo desertão, utilizado na África e América do Sul como termo para descrever paisagens áridas encontradas longe do litoral (LIMA, 1997). Esta origem descritiva dos interiores do Brasil, é por si só articulada à própria ambiguidade da fundação do País, feita por meio das margens litorâneas, logo, o sertão remete ao distante daquilo que era até então comum, da urbanidade, das leis, da ordem (STARLING, 2008).

Mesmo na atualidade o termo “sertão” ainda desvela os acometimentos de sua origem e trajetória a partir de uma dupla rede de significação: de um lado o sertão indica o território e a espacialidade interiorana do país, seus símbolos culturais e geográficos, do outro remete ao sentido político: a condição de desterro, a precariedade de direitos e recursos, e a uma inexistência de ordem (JUNIOR, 2009).

Foi neste contexto de precariedade e escassez que os privilégios e a atuação exploratória de uma elite dominante acabaram influenciando a atuação dos homens pobres dos sertões (vulgo sertanejos) (JUNIOR, 2009). A resolutividade das injustiças sociais sofridas se deu a partir de práticas e crenças que sustentavam o pensamento social de que a valentia e a “macheza” eram as maiores virtudes e as principais vias de ascensão social (JUNIOR, 2013).

A naturalização de dadas práticas ligadas ao sexismo e comportamentos violentos em defesa da honra e da manutenção de elementos diretamente ligados à identidade masculina, por exemplo, foi e ainda é um traço presente nos conflitos intergrupais que compõem a violência contra a mulher e o feminicídio nos interiores do nordeste (JUNIOR, 2013).

O pensamento social de que os homens detém a autoridade familiar incontestável e que a honra deve ser defendida a qualquer custo ainda parece se fazer presente como podemos averiguar em Ramos (2021) e no último Anuário Brasileiro de Segurança Pública

(2024), onde o feminicídio e a violência contra a mulher no sertão continuam a ocorrer em larga escala e com altas taxas de subnotificação.

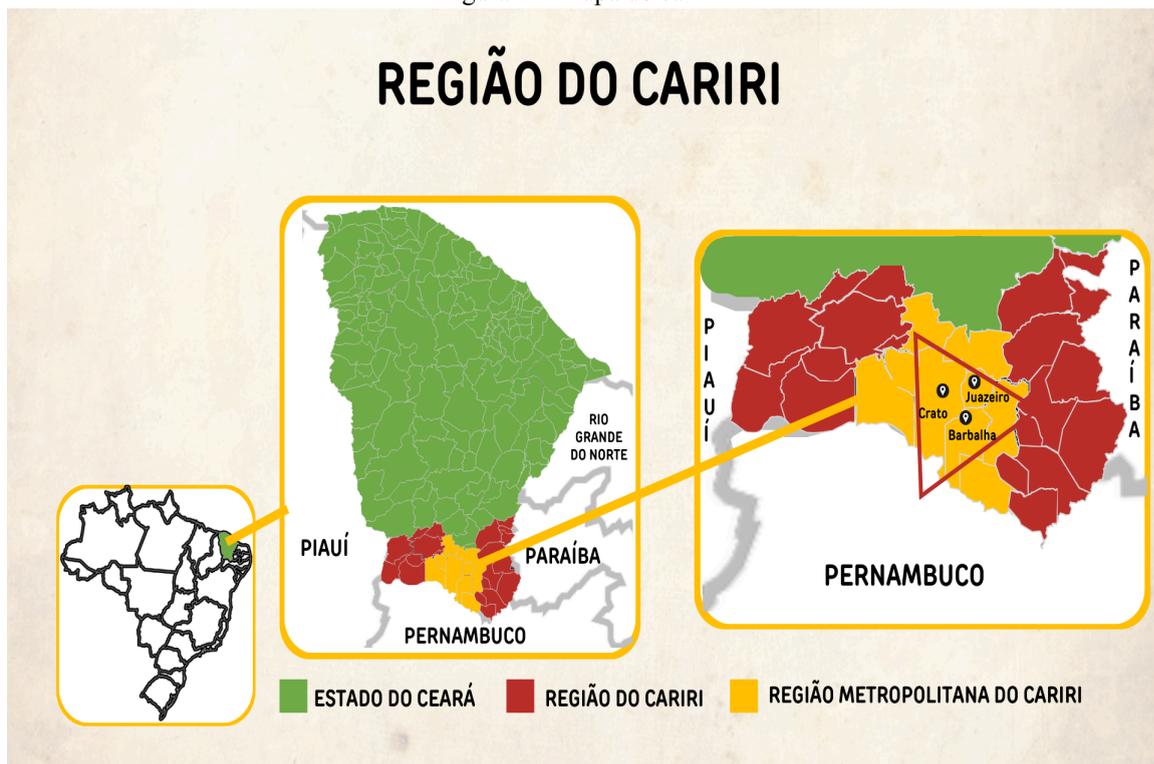
Como traz Júnior (2013), o ideal do “cabra macho” (masculinidade) do nordestino é profundamente marcado pela figura do sertanejo imbatível, poço de virilidade, macho dominante e provedor que comanda a família com autoridade inquestionável. Esta imagem constitutiva do ideal de masculinidade hegemônica nos sertões é diretamente atravessada por elementos ligados a violência, à dominação, e principalmente ao estabelecimento de uma ordem social a partir do patriarcalismo rural (JUNIOR, 2009).

No caso do Cariri, a sua proximidade territorial com os estados do Pernambuco, Paraíba e Piauí, traz marcas fundamentais para a região. A articulação de diferentes elementos do imaginário cultural, religioso e político destes três estados unido a um território em intensa expansão urbana em contraste com tradições e espaços de ruralidade marca a região como um vasto campo de fluxos culturais e sociais e tensões sociais (SOARES, 2019)

No que tange as delimitações geográficas o território do Cariri é composto pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Caririáçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, a região do Cariri é um importante polo comercial e industrial que faz divisa com os estados do Piauí, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em 2009 a partir do aglomerado urbano em processo de conurbação entre suas três maiores cidades: Crato, Juazeiro e Barbalha, surgiu a região metropolitana conhecida como Crajubar. Um polo urbano formado por três municípios territorialmente interligados, cuja a infraestrutura caminha para a integração física e comercial dos três municípios, constituindo uma única malha viária e uma relação de interdependência, econômica, social, cultural e de serviços públicos no geral (saúde, educação, segurança). (TELES, SILVA E RIBEIRO, 2020).

Quando direcionamos o olhar sobre o território Crajubar, encontramos um Cariri marcado por um contraste dicotômico. Na perspectiva funcional observa-se de um lado um espaço de grande riqueza natural, belas paisagens, a presença de um cenário rico em recursos naturais com grandes espaços verdes preservados. Em suas cidades vemos uma paisagem urbana emergente atravessada por prédios, shoppings, indústrias e um comércio frenético desenhado em uma malha viária que cresce desordenadamente. Já na perspectiva simbólica-cultural nos deparamos com um patrimônio histórico rico desenhado em suas construções e símbolos religiosos. Repleto de tradição e manifestações culturais típicas, o Cariri foi palco do cancionero popular de Luiz Gonzaga e também cenário para obras marcantes da literatura brasileira.

Figura 1 - Mapa do cariri



Fonte: mapa representativo de autoria própria feito a partir de arquivo vetorizado.

Nesse sentido, entender o Cariri é levá-lo em conta enquanto território heterogêneo marcado pelas relações de ruralidade e urbanidade e historicamente forjado a partir de traços da propriedade senhorial, coronelismo, mas também messianismo, cangaço, misticismo, tradição e religiosidade (SOARES, 2019). Estas peculiaridades do território cariri são bem ressaltadas por Marques (2004, p.206):

Particularidade de clima e relevo, relações tradicionais de poder e posse de terra, a essas características juntar-se-iam, nas primeiras décadas do século XX, a formação de um grande centro de religiosidade popular, na cidade do Juazeiro do Norte, e a utilização contínua das vivências da população rural folclorizadas pelos intelectuais locais. Constituiu-se, portanto, um discurso específico sobre cultura popular local. Temos, portanto, signos identitários do Nordeste brasileiro, personificado no que Martins chama de a ‘Santíssima Trindade Nordestina’: Padre Cícero, Luiz Gonzaga e Patativa do Assaré, compondo um espaço profundamente marcado pela tradição ou, como prefere Albuquerque Jr., pelo discurso antimoderno.

O encontro entre o tradicionalismo e a urbanização selvagem de um desenvolvimento industrial e econômico intensos da região tornam-se alicerces fundamentais que demarcam a região em seu âmbito, político, cultural, e social (SOARES, 2019). Entender o contexto do cariri nos permite também adentrar o seu regionalismo religioso e o seu papel na formação de crenças, valores e símbolos que compõem o imaginário da região.

Não é de hoje que o cariri ficou conhecido com a alcunha de “uma terra perigosa para as mulheres” (SOARES, 2019, p.137). Em seus próprios mitos fundadores há um traço fundante do apagamento e assassinato sistemático das mulheres enquanto grupo social. A Beata Maria de Araújo⁴, protagonista do “milagre da hóstia” do Padre Cícero, após falecer em exílio por questões de raça teve seus restos mortais violados, e até os dias atuais desaparecidos. Já no mito fundador do povo Kariri onde o deus Badzé, ordena que um dos seus filhos, Poditã, enviado a terra Kariri para ensinar os índios a colher frutas e raízes, mate a única mulher que habitava estas terras com um espinho mágico. Após isto, corta-lhe em pedaços na quantidade de homens da tribo, para que cada homem envolva um para si em algodão. Destes pedaços nascem as mulheres que viriam a povoar o território (GONÇALVES, 2004).

No meio desse caldeirão de simbolismo, os mitos fundadores do Cariri denunciam quase que como profecia, o trágico cenário onde a violência perpetuada contra as mulheres é sistematicamente velada e transformada em “[..] um artefato, a-histórico, atemporal e pretensamente imutável, por isso inscrito na natureza e nas relações sociais constituídas por homens e mulheres” (SOARES, 2019, p. 14). Atualmente o Cariri, especialmente o triângulo Crajubar, é uma zona de tensão social marcada por um histórico recorrente de casos de feminicídio com grande repercussão pública.

No dia 19 de agosto de 2018 na cidade do Crato a professora Silvany Inácio de Souza foi assassinada em praça pública pelo seu ex-companheiro enquanto observava seu filho brincar durante a uma missa na catedral. Após ocorrido o crime e a fuga do assassino do local, a missa manteve-se acontecendo juntamente com seus festejos (PORTAL G1), o fato não apenas abalou toda a região como fomentou uma intensa onda de atos de protestos nas três cidades. Mal se pode tomar ar após o impacto do crime e menos de um mês depois, no dia 16 de setembro, outra professora, Cicleide Bezerra Campos, também foi assassinada no município vítima de golpes de faca do ex-namorado, e a região logo foi novamente marcada com uma explosão de protestos liderados pela Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri (SOARES, 2019) . Tais atos não foram marcados apenas pela revolta e indignação popular, mas pela resistência e negligência do poder público e de uma parcela da população em

⁴ Nos últimos anos um debate tem ganhado força na região a despeito do milagre da hóstia do Padre Cícero. Até o presente momento o corpo da Beata Maria do Araújo encontra-se desaparecido, sendo a igreja questionada quanto ao apagamento sistemático da Beata em face de sua condição como mulher negra e indígena. Disponível: < <https://www.opiniaoco.com.br/movimento-resgata-beata-de-araujo-protagonista-do-milagre-de-juazeiro/#:~:text=A%20beata%20foi%20sentenciada%20%C3%A0,ningu%C3%A9m%20sabe%20do%20seu%20paradeiro.> > acesso em 12 de agosto de 2023.

acolher e tomar medidas efetivas de combate a este tipo de crime, como a negação da prefeitura ao pedido oficial para organizar a manifestação, e a imensa demora no processo de prisão e julgamento dos assassinos. (RODRIGUES E SOUSA, 2019).

Estes casos não são fenômenos isolados na trajetória de lutas e no palco trágico do Crajubar, em 2021 completaram-se 20 anos do caso que ficou conhecido como “escritório do crime”, caso de repercussão nacional no qual sete mulheres foram brutalmente assassinadas entre maio de 2001 e março de 2002 em várias cidades da região. O ex- bancário e comerciante Sérgio Rolim Brasil foi preso e confessou friamente os crimes, embora condenado a 118 anos de prisão pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e estupro das vítimas, e de sua própria confissão, muitos dos crimes cometidos permanecem não esclarecidos, e outros não foram sequer julgados. (MOURATO, 2022).

Recentemente em reportagem⁵ exibida em 03 de junho de 2021 pela TV Verdes Mares Cariri (afiliada local da globo), o delegado responsável pelo caso, Marcos Antônio dos Santos, defendeu em entrevista a tese de conivência e culpabilidade das vítimas, gerando uma nota de repudia assinada por dezenas de coletivos e entidades públicas.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa outros casos de grande repercussão ocorreram, entre eles, um de destaque nacional, o caso da presidenta da câmara de vereadores da cidade de Juazeiro do Norte, Yanny Brena de 26 anos. A então vereadora foi assassianta no dia 03 de março de 2023 pelo seu ex noivo que em seguida forjou um suicídio conjunto e tirou a própria vida (PORTAL G1 CE, 2023). O caso ganhou imensa notoriedade em diversos sites de notícias⁶ de alcance nacional e reacendeu o debate em torno da violência contra a mulher na região.

Diante dos casos aqui apresentados percebe-se que os significados atribuídos ao feminicídio no Crajubar podem estar diretamente ligados a condutas e posicionamentos adotados por autoridades e por homens(agressores) que justificam determinados

⁵ Vídeo da reportagem : < <https://g1.globo.com/ce/ceara/cariri/noticia/2022/11/04/escritorio-do-crime-condenado-por-assassinatos-em-serie-no-cariri-volta-a-juri-em-novembro.ghtml> > .

⁶ O povo: < <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/juazeiro-do-norte/2023/03/23/yanny-brena-policia-conclui-que-ex-namorado-matou-e-tentou-simular-suicidio-de-vereadora.html> > ; Portal Terra: < <https://www.terra.com.br/nos/caso-yanny-brena-namorado-tentou-forjar-suicidio-de-vereadora-e-se-matou.daeb45a388f56124bf02612739f3c790yoe2xn3x.html> > ; Metrôpoles: < <https://www.metropoles.com/brasil/veja-quem-foi-yanny-brena-vereadora-de-juazeiro-ce-encontrada-morta> > ; Revista fórum: < <https://revistaforum.com.br/brasil/2023/3/23/policia-divulga-como-foi-simulao-de-suicidio-de-yanny-assassino-deixou-mensagem-133244.html> > .

comportamentos e atitudes a partir de especificidades grupais com efeitos diretos nas taxas de violência e na repetição de tais crimes no cotidiano.

Um estudo desenvolvido por Carvalho e Ribeiro (2008) já expressava a mais de uma década a urgência de estudar a violência de gênero no Crajubar, remontando sua dimensão histórica e jurídica. O trabalho evidencia o início de uma preocupação das autoridades no mapeamento desses crimes, mesmo antes da efetivação da lei do feminicídio.

Recentemente o estudo de Freitas, Brito e Landim (2020) acerca dos feminicídios na cidade do Crato revelou uma forte similaridade entre os casos recentes de feminicídio na cidade, evidenciando também, a partir da análise do discurso, o papel fundamental do pensamento social machista e patriarcal na cultura da região. Nesse sentido, o território Crajubar possui um vasto histórico onde o feminicídio ocupa a ponta de um iceberg em uma longa cadeia de símbolos, crenças, comportamentos, práticas e eventos que emergem em tragédias cada vez mais cotidianas.

Pensar o feminicídio na região é levar em conta a busca pela compreensão dos alicerces deste fenômeno. Na região o feminicídio parece ocupar um lugar de tabu social, uma vez que seu histórico de grande e constante destaque na mídia local é rapidamente silenciado em face de seu caráter trágico. Casos como o da vereadora Yanne Brenna, inicialmente gerou grande comoção por ser visto como um suicídio duplo e logo após o laudo, rapidamente deixou de ser abordado na mídia local. Ou o caso da professora Silvano Inácio deixada morta em praça pública enquanto a missa continuava e as festividades da igreja continuavam a acontecer. Ambos refletem simbolicamente a posição social que o feminicídio parece ocupar no território caririense.

Abordar as teorizações de senso comum que circunscrevem o feminicídio é também adentrar a construção de uma ordem social histórica e cultural, cujas as bases encontram-se de tal maneira alicerçadas pelo sistema dominante patriarcal que a construção de normas, princípios e valores sociais, é moldada para privilegiar o poder de dominação masculina mesmo em circunstâncias de crimes que ferem a conduta moral deste sistema (POESCHL, SILVA, CLÉMENCE, 2004).

O caráter polêmico dos crimes de feminicídio e a intensificação de suas punições jurídicas não tem apresentado ainda mudanças significativas na redução das taxas de violência contra a mulher no país, como traz Ramos (2021) isso provavelmente se dá mediante o fato dos crimes terem sido culturalmente tratados como homicídios, sendo muito recente a preocupação em medidas mais efetivas de mapeamento e notificação destes crimes.

Seguindo nesta perspectiva adentraremos como o feminicídio vem sendo mapeado e estudado nas macro e microrregiões do país, levando em conta alguns dados. Buscaremos discutir a compreensão do objeto feminicídio enquanto fenômeno social diretamente marcado por relações de poder e gênero. Por fim, entender como as discussões e reflexões do tema podem contribuir para acessarmos e entendermos as RS de feminicídio no contexto do Cariri.

2.3 RELAÇÕES INTERGRUPAIS, GÊNERO E FEMINICÍDIO: UM CONHECIMENTO COTIDIANO.

Desde a efetivação da lei tipificando o feminicídio enquanto crime hediondo, inúmeras iniciativas passaram a acompanhar, medir, fiscalizar e pesquisar as taxas, motivações e contextos em torno dos casos de feminicídio em território nacional, fecundando diferentes dispositivos institucionais de combate e mapeamento desse tipo de violência. Entre eles ressalta-se a importância do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) e do relatório “A dor e a luta: números do feminicídio” (RAMONS, 2021) produzido pela Rede de Observatórios da Segurança, coletivo formado por pesquisadoras de cinco estados (Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo).

Em ambos os relatórios podemos ver um aumento significativo das taxas de feminicídio pelo país nos últimos anos, principalmente durante o período da pandemia da COVID-19. Com o início das medidas de isolamento social de combate à pandemia evidenciou-se um aumento de 22,2% nos números de feminicídio do país entre março/abril de 2019 em relação a março/abril de 2020 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

No que tange ao estado do Ceará, os dados chamam ainda mais atenção no relatório, pois tendo registrados 36 assassinatos de mulheres entre março e abril de 2019, registrou-se em 2020 durante o mesmo período 61 vítimas. O mais preocupante, segundo o levantamento, foi “[...] que apenas 6,6% de todos os assassinatos de mulheres foram classificados como feminicídio no Ceará, o que é pouco provável e pode revelar subnotificação deste crime no estado” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020, p. 07).

O Fórum De Segurança Pública (2023) mais recente, publicado após a coleta de dados desta pesquisa, também apontou o Ceará como o estado com maior número de subnotificação do feminicídio, levando em conta a quantidade de homicídios de mulheres registrados. O estado teve o triplo (36,7%) de registros de homicídio para o assassinato

sistemático de mulheres que a média nacional, mais uma vez ganhando destaque como estado que provavelmente mais subnotifica o feminicídio do país.

Costa, Silva e Ingram (2021) nos apontam que mesmo com a efervescência de um amplo debate e mobilização social em torno da construção de políticas públicas que visem proteger e coibir a perpetuação da violência contra as mulheres, os dados e registros ainda evidenciam um fenômeno de subnotificação desses crimes que abrange todo território nacional.

No relatório “A dor e a luta: números do feminicídio” (RAMONS, 2021) produzido pela Rede de Observatórios da Segurança para averiguar como tem sido mapeados e taxados estes crimes, evidenciou-se ainda mais o fenômeno da subnotificação em torno do feminicídio em todo território nacional com maior destaque para o Ceará que quando comparado a estados maiores como São Paulo, por exemplo, que classificou 41,4% das mortes de mulheres como feminicídios, o Ceará registrou apenas 15,1%, comprovando a imensa taxa de assassinatos de mulheres em sua maioria como homicídios.

Nesse sentido o fenômeno social do feminicídio não é mera causa ocasional de circunstâncias específicas, mas se mantém a partir de comportamentos misóginos e discriminatórios, onde a submissão feminina em face das reproduções de dominação ligadas ao patriarcado é imposta a partir de posturas generalizadas e cotidianas que ultrapassam o universo das instituições. (PONCE, 2012).

Para entendermos como o gênero se inscreve na forma como nomeamos as violências e os efeitos que estes atos de nomeação tem sobre as próprias práticas violentas optamos por levar como base a abordagem teórica da socióloga Raewyn Connell⁷ (2005; 2009; 2013; 2014; 2016).

A abordagem de Connell (2009) traz como principal traço que a diferencia de outras perspectivas, o teor relacional das relações de gênero. A autora busca enfatizar as relações de poder e hierarquias de gênero na sociedade a partir da investigação da construção entre as diferentes formas de masculinidade e feminilidade e a relação entre elas. Logo, ambas são pensadas como construções sociais que variam de acordo com o espaço e o tempo, sendo constantemente modificadas pela cultura, classe social, raça e território (CONNELL, 2014).

O foco trazido por Connell nas identidades como não fixas e sim enquanto dinâmicas moldadas pelas próprias interações sociais dialoga diretamente com a abordagem trazida por Jodelet (2001) onde algumas relações que os sujeitos mantém com as representações, seja por

⁷ Conhecida também por seus trabalhos em masculinidades pelo nome de Robert Connell, atualmente após a sua transição de gênero adotou o nome de Raewyn Connell.

meio de produtos e cristalizações de sentido ou pela interiorização de imposições sociais, acabam construindo mediações na expressão de suas identidades. Nesse sentido, a maneira como homens interpretam a violência de gênero, por exemplo, estaria diretamente articulada com a própria reprodução de crenças e práticas daquilo que é considerado pela cultura como ser ou não “homem”.

Para Connell (2014) elementos de gênero ligados a desigualdade de recursos entre homens e mulheres são por si só o maior exemplo de uma ordenação violenta. Para a autora, a ordenação da prática social de gênero se configura a partir de quatro principais formas de relação: as de poder, as de produção, as afetivas ou “cathexis”, e os símbolos e suas representações vinculadas ao gênero. O termo cathexis é importado da teoria freudiana pela Connell (2009) para se referir aos processos psicossociais pelos quais as normas de gênero são internalizadas pelos seus indivíduos, afetando seus desejos, anseios, atitudes e comportamentos, ou seja, a cathexis reflete o investimento psicológico e emocional que os indivíduos empregam em relação às normas de gênero que são reforçadas e valorizadas pelo pensamento social.

É a partir das diferentes formas de ordenamento prático das relações de gênero que segundo Connell(2005) é possível interseccionar com outras estruturas sociais, os símbolos culturais que cada gênero carrega sobre si, gerando assim uma multiplicidade de feminilidades e masculinidades possíveis.

Seguindo esta abordagem, podemos pensar a reprodução das desigualdades de gênero em diálogo com a teoria das representações sociais a partir de eixos como o das relações intergrupais (DOISE, 2002) e das representações dentro do campo da alteridade (JODELET, 2002, 2004; ARRUDA, 1999). Nas palavras de Jodelet (2001, p.62):

“Os grupos têm limites imprecisos e a inclusão em um deles pode se fazer seguindo a semelhança, ou aparência familiar que nós apresentamos com um exemplar típico, o protótipo que encarna as propriedades que identificam o grupo. No nível interindividual, o caráter impreciso e plural dos pertencimentos pode incidir no processo de diferenciação categorial e ter uma incidência sobre o modo através do qual os indivíduos se situam em relação às pessoas que compartilham com eles num desses pertencimentos, diferenciando-se em um ou vários outros e portanto em relação à tendência a excluí-las ou a discriminá-las”

Jodelet (2001) compreende que a os processos de exclusão social induzem a organizações específicas das relações interpessoais ou intergrupos, de forma material ou simbólica, seja pela via da segregação, da marginalização ou da discriminação. Este afastamento dos indivíduos a partir de relações grupais decorre de um estado estrutural e

conjuntural de organização social que gere diferentes alternativas de exclusão. Logo ao pensar processos de exclusão e/ou violência é preciso pensar seus contextos sociais e históricos sem perder de vista a função social e os processos sócio-cognitivos ligados a estes fenômenos.

Entender os processos que constituem a violência de gênero, seja esta conjugal ou praticada pelos homens contra as mulheres de forma generalizada, requer também pensar e examinar os mecanismos sociais que reproduzem desigualdade entre os sexos levando em conta as especificidades a partir do recorte territorial e cultural do contexto estudado (CONNELL, 2009).

Bourdieu (2010) tratou das relações de gênero levando em conta que a construção de uma dominação masculina deve ser investigada a partir de uma análise mais ampla e histórica quanto às estruturas de poder e das práticas culturais na sociedade. Dialogando com a perspectiva de Connell (2005) a masculinidade também é vista por Bourdieu (2010) para além de uma mera característica inata, sendo abordada enquanto uma construção social moldada por diferentes formas de capital cultural, social e econômico, que embora sigam uma macro estrutura de pensamento e práticas, também são demarcadas por elementos e especificidades contextuais.

Para Jodelet (2001) as características físicas e geográficas de um determinado lugar, como seu clima, paisagem, recursos naturais e infraestrutura, podem influenciar as representações sociais das pessoas em relação a temas como identidade cultural, pertencimento social, relações de poder e conflitos intergrupais. Este ponto nos permite pensar que as diferentes expressões identitárias e intergrupais estão diretamente relacionadas aos elementos simbólicos e culturais de dado contexto histórico e social.

Os processos de categorização social que organizam a construção e a exclusão identitárias são chamados por Jodelet (1998) de dinâmica alteritária. Neste sentido, adentrar a construção do pensamento social masculino e seus processos identitários é também mergulhar na dinâmica alteritária que compõem seus comportamentos, práticas, crenças e valores enquanto grupo.

Seguindo esta perspectiva entendemos que as dificuldades diante dos discursos normatizadores sobre o que é ser homem e o que é ser mulher contribuem para o controle de corpos e da própria sexualidade (CONNELL, 2005; 2009).

Nesse sentido, quando articulamos os elementos constitutivos das normas de gênero hegemônicas regionalizadas (CONNELL, 2009) que são valorizadas e reproduzidas de acordo com as especificidades históricas e culturais daquele local, com os estudos

sociológicos de masculinidade do sertão de Junior (2013) vemos um campo indiscutivelmente atravessado por uma dinâmica alteritária.

Para Jodelet (2005) a dinâmica alteritária é inerente aos processos de construção das identidades individuais e coletivas sendo diretamente atravessado pelas representações sociais que os indivíduos e grupos produzem acerca de si mesmo e daqueles vistos como diferentes. Nesse sentido, a orientação de dadas condutas e práticas sociais se relaciona diretamente com os processos de identificação, dominação e exclusão que os grupos exercem entre si (JODELET, 1998). Como traz Connell (2013):

O conteúdo exato dessas práticas varia ao longo do tempo e nas diferentes sociedades. Ainda, a masculinidade hegemônica regional dá forma a um sentido de realidade masculina em nível societal amplo e, portanto, opera no domínio cultural como material à disposição para ser atualizado, alterado e desafiado através da prática, em uma gama de circunstâncias locais diferentes. Uma masculinidade hegemônica regional fornece, então, uma estrutura cultural que pode ser materializada nas práticas e nas interações cotidianas. (p.267)

O estudo de Medeiros e Cabral (2019) sobre as masculinidades no interior do Nordeste, desvela o entrelaçamento presente nas crenças e posicionamento dos homens a partir de mudanças gradativas de papéis de gênero na sociedade contemporânea. Quando a mulher ganha mais espaço e liberdade econômica com a urbanização e desenvolvimento de regiões do interior, por exemplo, acaba confrontando a mitificação do ideal de homem enraizado no discurso patriarcal hegemônico até então (JUNIOR, 2005).

O feminicídio enquanto forma de violência estrutural e sistemática ligada à máxima expressão dos desejos dos homens de dominação, controle e poder (PAMPLONA, 2020), é um fenômeno circunscrito por processos alteritários e relações grupais. Como demonstrou Jodelet(2005) acerca do acolhimentos aos doentes mentais ou pessoas que desviavam a norma do tecido social, a exclusão e a discriminação e a dominação, se constroem a partir da construção da alteridade, que por sua vez se faz baseada nas representações sociais que a comunicação social e mediática produz a partir de normas e valores socialmente estabelecidos (MOSCOVICI, 2001).

Embora Connell (2009) não seja especificamente reconhecida pelas suas análises de gênero e feminicídio, a suas teorias acerca das relações de poder oriundas de uma hierarquia de gênero socialmente estabelecida, nos permitem pensar a manutenção de dados valores e crenças ligadas à masculinidade hegemônica como estratégias grupais protetivas em direção a manutenção da ordem social patriarcal.

Para pensar a violência de gênero e o feminicídio a partir da teoria das representações sociais é importante levar em conta como a noção de gênero se estrutura e se articula nas crenças, valores e atitudes que permeiam a formação do pensamento social em torno do tema (CONNEL, 2005).

A forma como as identidades e práticas dentro das relações são construídas, é também uma ponte de acesso para as representações sociais. Compreender a evolução e a constituição de uma representação requer adentrar a sua integração na dinâmica social, ou seja, considerar que há uma determinação direta da estrutura da sociedade que a desenvolve (MOSCOVICI, 2001).

Seguindo nesta perspectiva, adentrar a estrutura social é reconhecer também como suas clivagens, diferenciações, e relações de dominação se dissolvem em diferentes representações sociais de um mesmo objeto (DESCHAMPS E CHIMELLI, 2004). No caso do feminicídio, por exemplo, é necessário levar em consideração a condição de gênero e as normas e valores duradouros que podem assumir um caráter hegemônico norteador de atitudes e motivações em torno do tema (PAMPLONA, 2020).

Na perspectiva de Jodelet (2005), as representações são fenômenos sociais amplos e complexos, sendo permanentemente ativados dentro da vida social, ou seja, atualizando-se e constituindo-se de elementos cognitivos, ideológicos e normativos na medida em que também se tornam construtoras da realidade.

Nesse sentido, ao compreendermos que as representações sociais tem como origem as práticas sociais das diversidades grupais, e são construídas com a função de dar sentido à realidade social (SANTOS, 2005), podemos entender então que as RS servem não apenas como organizadoras das comunicações, mas também definem e protegem as identidades grupais assim como orientam suas condutas e justificam seus posicionamentos (MOSCOVICI, 2001; DOISE, 2002; SANTOS, 2005).

As práticas sociais são, portanto, produtoras e produzidas pelas representações sociais, na medida em que são sistemas de ação socialmente estruturados (DOISE, 2019). Da mesma maneira em que as práticas sociais são resultados das teorias de senso comum elas também orientam os comportamentos e escolhas que alimentam estas teorias, logo, a relação entre as práticas sociais e as representações é incontestável (ABRIC, 1998). O ponto onde estas se modulam em cada situação e contexto social são a partir de diversos fatores ligados a mobilização social de afetos, normas e valores culturais, e nas relações de poder presentes.

Nesta perspectiva, podemos pontuar a conexão entre as representações sociais enquanto orientadoras e justificadoras das práticas sociais e o conceito de hegemonia trazido

por Connell (2014), onde a leitura da sobreposição de dadas práticas e valores sociais a partir de um contexto de dominação de classes, seja pela força, seja pela direção a partir de um consenso social coletivo que é também ideológico, passa pelas teorias do senso comum estabelecidas naquele contexto.

3. OBJETIVOS E MÉTODO

3.1 OBJETIVOS

3.1.1 Objetivo geral

Investigar as representações sociais de feminicídio entre os homens da região metropolitana do Cariri.

3.1.2 Objetivos específicos

1. Analisar a construção social do feminicídio no território do Cariri
2. Compreender os processos de objetivação e ancoragem na construção das representações sociais de feminicídio para estes homens
3. Discutir a dimensão da alteridade nos processos formativos das representações sociais de feminicídio

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO: ACESSANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FEMINICÍDIO PELOS HOMENS DO CARIRI

Dentro da pesquisa social deve-se levar em conta a escolha de um dado método em detrimento de outro com base no alinhamento entre os interesses e objetivos almejados pelo pesquisador e os delineamentos possíveis de seu objeto de pesquisa (BAUER E GASKELL, 2012).

Compreendendo que as representações sociais estão diretamente ligadas à orientação das práticas sociais dos grupos, sendo o seu processo de construção constantemente afetado pelas mudanças nas configurações de tais práticas, levamos em conta a necessidade de combinar instrumentos e técnicas diferentes para potencializar o acesso ao fenômeno estudado (SANTOS, 2005). Neste tópico descreveremos como se deu o desenho da pesquisa, seu campo exploratório, a construção em torno de seu objeto de estudo, a escolha da combinação de instrumentos e técnicas e os desafios encontrados.

Este estudo é uma pesquisa qualitativa que como trazem Denzin e Lincoln (2006) tem como interesse primordial compreender o significado que os acontecimentos possuem para as pessoas, como elas pensam, sentem e experimentam o mundo social. A abordagem da pesquisa qualitativa valoriza a interpretação e a representação das experiências humanas, buscando uma compreensão profunda dos fenômenos sociais em sua complexidade de contextos, para os pesquisadores é fundamental capturar a riqueza e as subjetividades das narrativas dos participantes (BAUER E GASKELL, 2012). Nesse sentido o pesquisador deve se debruçar sobre o objeto e o sujeito pesquisado com a abertura necessária para dar voz e construir uma teia de significados a partir da experiência vivida desses sujeitos, pois é nela que suas crenças individuais, ações e cultura se entrelaçam (CHUEKE E LIMA, 2012).

A pesquisa qualitativa acaba proporcionando um espaço contínuo para a construção e revisão de novas abordagens, categorias e conceitos em torno de dado fenômeno estudado pela sociedade, levando em conta sua complexidade e a diversidade de perspectivas existentes (SOUSA E SANTOS, 2020).

Como trazem Bogdan e Biklen (1994), o fato da abordagem qualitativa permitir uma configuração bastante flexível acolhendo a possibilidade de articulação entre diferentes tipos de pesquisa, metodologias, métodos, instrumentos, e técnicas de análise de dados também pode levar a alguns riscos, entre eles, o da própria subjetividade do pesquisador em suas interações com o ambiente influenciar na construção de sua investigação. Em outras palavras, é necessário que o pesquisador não caia na armadilha de achar que “[...] sabe o suficiente para reconhecer as questões importantes antes de efetuar a investigação” (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p.50).

Para vencer este primeiro entrave e garantir a autenticidade dos resultados é fundamental que o pesquisador qualitativo saiba reconhecer e confrontar suas próprias opiniões e preconceitos, sem perder a flexibilidade e a criatividade inerentes ao processo de reflexão (SOUSA E SANTOS, 2020). É a partir do reconhecimento deste primeiro ponto de reflexão que optamos por desenhar esta pesquisa pensando também na construção do seu objeto de estudo levando em consideração o prisma teórico da teoria das representações sociais, haja vista sua estrutura conceitual sólida dentro do campo da pesquisa qualitativa.

Partimos da premissa de que a escolha do método e dos instrumentos de pesquisa em representações sociais passa pela problemática da própria construção do objeto de pesquisa ser ou não objeto de representação pelo grupo estudado (SÁ, 1996). Nesse sentido, a construção desta pesquisa levou como ponto de partida teórico a complexidade do fenômeno do feminicídio e seu caráter multifatorial, buscando acessar as narrativas de seus

entrevistados de forma aberta e livre de qualquer preconceito ou suposição que influenciasse em suas narrativas. Levamos em conta que não se pode falar em representação de alguma coisa sem especificar o sujeito ou população que mantém tal representação (MOSCOVICI, 2012).

3.2.1 Participantes

Participaram desta pesquisa 07 homens maiores de 18 anos com diferentes faixas etárias e profissões, residentes no território do triângulo Crajubar. As entrevistas tiveram a duração média de 30 minutos.

Os critérios utilizados para a seleção dos participantes foram o de residir no território estudado, serem maiores de 18 anos e autorizarem a gravação em áudio das entrevistas para fins exclusivamente de pesquisa científica. O formato escolhido foi o de entrevista em profundidade, logo, levamos em conta que um grande número de entrevistados poderia comprometer a qualidade e profundidade da análise empreendida. Nesse sentido, o número de participantes se deu mediante saturação do conteúdo colhido durante as entrevistas, conforme discernimento do pesquisador e da orientadora.

Foi aplicado junto às entrevistas um questionário sociodemográfico (APÊNDICE A) com objetivo de coletar informações que contribuíssem para o tratamento e interpretação dos dados.

Participantes		
Cidade	Barbalha	1
	Juazeiro	4
	Crato	2
Orientação sexual	Hétero	7
Idade	23-27 anos	2
	30-36 anos	3
	40 -42 anos	2
Estado Civil	Solteiro	6
	União estável	1
Já foi casado	Sim	3
	Não	4
Filhos	Não tem	2

	2 filhos	2
	1 filho	1
	1 filha	2
Escolaridade	Superior completo	2
	Superior incompleto	3
	Pós-graduação	2
Profissão	Advogado	1
	Agricultor	1
	Recepcionista	1
	Cantor	1
	Estudante	1
	Perito criminal	1
	Psicólogo	1
Remuneração	1-2 salários	2
	2-3 salários	3
	Acima de 5 salários	2
Responsável financeiro pela família	Sim	5
	Não	1
	Contas divididas	1
Raça	Branco	3
	Pardo	1
	Negro	3
Religião	Não possui	3
	Agnóstico	1
	Evangélico	1
	Católico	1
	Espírita	1

Como podemos observar na tabela acima, todos os participantes residiam no triângulo crajubar. Os participantes têm entre 23 e 42 anos de idade. Todos ingressaram no ensino superior, mas 3 não concluíram ou estavam concluindo a primeira graduação. No que tange a orientação sexual todos se declararam heterossexuais. Já em relação ao estado civil, 6 participantes afirmaram estarem solteiros e 1 em uma união estável. Já acerca das experiências matrimoniais, 4 afirmaram nunca terem casado ou tido união estável e 3 já terem sido casados.

No que tange a paternidade, 5 dos entrevistados são pais, sendo 2 sem filhos, 2 com dois filhos, 1 com um filho e 2 pais de filhas. 5 afirmaram ser responsáveis financeiros pela família, 1 respondeu não contribuir e 1 dividir as contas da casa. Estes dados mostram um

perfil de entrevistados onde a maioria são pais solteiros (cerca de 5 entrevistados, mas não revela o grau de comprometimento financeiro com os filhos).

Em relação a renda mensal, a maioria, cerca de 5 entrevistados ganha entre 1 e 3 salários mínimos e 2 ganham acima de 5 salários mínimos. O que nos mostra um perfil sócio-econômico com renda média de 2,5 salários mínimos. No que tange a profissão, cada entrevistado possuía uma atividade laboral diferente. Já enquanto a raça 3 se auto declararam brancos, 1 se auto declarou pardo e 3 se declararam negros.

No quesito religião 3 afirmaram não possuir nenhuma, e 4 afirmaram possuir diferentes crenças e práticas religiosas, sendo 1 agnóstico, 1 evangélico, 1 católico, 1 espírita. Este dado chama atenção, haja vista o perfil religioso da região, sendo considerada um polo de peregrinação e turismo religioso de enorme importância para o catolicismo.

O perfil diversificado dos homens estudados, contribui diretamente com o objetivo principal desta pesquisa, uma vez que a diversidade religiosa, de raças, e de profissões indica maior alcance no recorte do grupo “homens do cariri”. Estes dados também contribuíram, como veremos no decorrer deste estudo, para acessarmos os tensionamentos, aproximações e diferenciações nas crenças e do pensamento social destes homens.

3.2.2 Bola de Neve e seus percalços

De acordo com Vinuto (2020) a amostragem bola de neve é uma forma de amostra não probabilística que utiliza-se de cadeias de referências para acessar o público alvo. Ou seja, não é possível determinar a probabilidade da seleção de dado participante, mas a partir da rede social dos voluntários iniciais é possível atingir um grupo maior, muitas vezes difícil de ser acessado.

A execução da amostragem bola de neve consiste em lançar mão de um pontapé inicial, onde é traçado um perfil necessário para a pesquisa dentro da população geral. A estas pessoas iniciais são apresentadas as informações-chave com intuito de recrutar ou encontrar indicações em sua rede próxima. Estas “sementes” iniciais passam a ser a principal porta de entrada e acesso ao recorte ou grupo proposto pelo estudo (OLIVEIRA ET AL, 2021).

A amostragem bola de neve também se demonstra como um processo de permanente coleta de informações, visando tirar proveito das redes sociais dos entrevistados para romper barreiras e resistências presentes em grupos com acesso mais difícil (VINUTO, 2020). Esta

lógica também se torna particularmente eficaz quando o foco do estudo é um tema socialmente sensível (OLIVEIRA ET AL, 2021).

Neste sentido, como traz Becker (1993) o fato dos entrevistados serem recrutados a partir da relação pessoal com as pessoas selecionadas pode emprestar confiabilidade ao entrevistador, facilitando o processo de acesso a informações e conteúdos que poderiam ser omitidos ou negados em situações formais como uma entrevista para pesquisa, por exemplo.

Por outro lado, a técnica da amostragem bola de neve também pode esbarrar em limites e dificuldades em seu alcance. Como traz Vinuto (2014) uma das limitações possíveis que a bola de neve pode esbarrar, é no fato das indicações mediadas por vínculos acabarem por direcionar o acesso somente a argumentações semelhantes, limitando a variabilidade das narrativas possíveis. Este ponto requer um cuidado específico, uma vez que o esclarecimento das informações iniciais e o tato do pesquisador são fundamentais para resguardar a fidedignidade dos dados colhidos (BARDIN, 2011).

As entrevistas foram efetuadas na fase final das eleições presidenciais de 2022 que foram marcadas pela polarização política, onde uma parcela significativa da população nutria uma profunda desconfiança ou mesmo sentimento de ódio quanto à pesquisa. Isso foi observado em 2 das pessoas estipuladas como sementes iniciais, que se recusaram a participar alegando “não querer conversa com política”.

Outro ponto observado foi o fato do objeto deste estudo ser um tema sensível para região, o que pode ter influenciado na dificuldade inicial que sentimos ao buscar pelas sementes. Houve inicialmente uma resistência por parte dos homens selecionados em participar e em indicar possíveis contatos para a realização das entrevistas.

Inicialmente foram estipuladas 5 sementes para recrutamento e indicação das entrevistas, dos quais apenas 2 participantes aceitaram de fato ser entrevistados, entre os outros convidados 1 alegou falta de tempo ou mesmo que não saberia responder a entrevista, ou indicar pessoas disponíveis e 2 se recusaram alegando não quererem participar de pesquisas de cunho político.

A dificuldade inicial em conseguir agendar e realizar as entrevistas, foi superada após mudar a forma de aproximação, priorizando por agendar horários com prazos bem definidos e me locomovendo até ambientes seguros e confortáveis para os entrevistados. Após um novo recrutamento foi possível a partir de mais duas sementes atingir os demais participantes por indicação. Todas as entrevistas se deram em ambientes de trabalho e domésticos dos participantes.

A escolha e utilização da técnica de amostragem bola de neve se mostrou promissora e eficaz durante este estudo, embora tenhamos encontrado uma dificuldade inicial, ao fim o manejo e a execução das entrevistas se deram de forma satisfatória e a saturação dos conteúdos emitidos foi atingida com a carga qualitativa adequada ao proposto para acessar nosso objeto estudado.

3.2.3 Entrevistas e uso de imagens como gatilho

Foram realizadas 7 entrevistas em profundidade com duração média de 30 minutos cada, durante o período de agosto a outubro de 2022. As entrevistas foram divididas em 3 blocos intercalados por breves orientações (APENDICE A): O primeiro constituído pela apresentação de uma imagem com recortes de manchetes jornalísticas acerca do assassinato de mulheres em diferentes contextos e regiões sem conter o termo feminicídio. No segundo bloco foi aplicado um roteiro de entrevista contendo 8 perguntas abertas. No terceiro foram utilizadas duas imagens fotográficas tiradas durante protestos contra a violência de gênero ocorridos entre 2015 e 2016 e desencadeados por casos de feminicídio de repercussão na região. As entrevistas foram colhidas de forma individual e presencial em diferentes contextos, preservando o sigilo, a segurança e a integridade dos participantes.

Optamos pela utilização de entrevistas em profundidade ou semi estruturadas em combinação com o uso de imagens fotográficas de matérias e protestos da região. Acreditamos que a combinação destas ferramentas pode potencializar a livre expressão dos entrevistados favorecendo posicionamentos e respostas subjetivamente sinceras, dado o caráter sensível do tema.

A utilização da entrevista em profundidade ou semiestruturada se deu mediante a necessidade de construir um espaço relacional, onde a narrativa fosse provocada no fluxo do diálogo em torno do foco da investigação (MORÉ, 2015). Nesse sentido levamos em conta a necessidade de reconhecer a imprevisibilidade, e a flexibilidade junto ao manuseio de tal instrumento, uma vez que a construção da entrevista se dá na medida que a mesma acontece, sendo atravessada por características pessoais e contextuais (MORÉ, 2015).

Construímos um roteiro de perguntas (APÊNDICE A) que viabilizasse o acesso ao tema de forma ampla e flexível, levando em conta a contextualização cultural e social e permitindo aos entrevistados acessar a partir de suas experiências individuais suas crenças, valores e posicionamentos circundantes ao tema.

Sabendo que a apropriação de dado objeto pelos meios de comunicação de massa pode ser um forte indicador da relevância social que este objeto possui (SÁ, 1996), entendemos que o feminicídio no Cariri possui um lugar de destaque não apenas nos meios de comunicação, mas tem um caráter histórico trágico e polêmico que faz dele uma marca profunda, porém de difícil acesso e comunicação. Quase como um tabu social, todos sabem a respeito, embora pouco se fale sobre o assunto (FREITAS, BRITO E LANDIM, 2020). Optamos então por uma abordagem que priorizasse um cuidado ético dobrado ao tratar do tema e ao mesmo tempo permitisse aos entrevistados a livre expressão de suas opiniões e posicionamentos.

Como traz Morigi (2004) os meios de comunicação participam tanto influenciando na formação quanto refletindo as teorias do senso comum, ou seja, são constituídos e constitutivos na formação das representações sociais. Nesse sentido optamos também pela utilização de imagens de recortes midiáticos e manchetes (APÊNDICE A) descrevendo casos de feminicídio sem utilizar o termo como indutor e apresentando fotografias de protestos onde mulheres pediam por mudanças na triste dinâmica de violência na região.

Dado que o objetivo de pesquisa deste trabalho baseou-se na hipótese do feminicídio ser um objeto de representação ou estar associado a um sistema de representações sociais destes homens, haja vista a relevância social eminente do tema na região, a escolha pelo público alvo masculino no cariri se mostrou como um primeiro desafio metodológico.

Após a aplicação de duas entrevistas piloto com dois voluntários, levantamos a hipótese de haver uma pressão normativa vigente que pudesse influenciar nas respostas dos entrevistados. Desta maneira buscamos estruturar a dinâmica da entrevista de modo a focar no acesso a respostas e posicionamentos que reduzissem a pressão normativa sobre as respostas destes homens.

Entendemos que seria primordial a busca pelo afrouxamento da pressão normativa frente às narrativas, visando favorecer o acesso a respostas subjetivamente sinceras. Só então, mergulhando em suas narrativas, poderíamos acessar o lugar do feminicídio em seu mundo social. Levamos em conta ainda que as representações sociais podem variar entre diferentes grupos e contextos, o que torna a escolha do objeto de pesquisa e a interpretação dos resultados um processo complexo e rico em possibilidades de análise (VALA E CASTRO, 2013).

Como explicitaram os estudos de Abric (2003) Dechamps e Guimelli (2004), quando um grupo fala por si e por outros pode revelar o efeito de adaptação dos discursos as normas sociais vigentes, ou seja, os sujeitos quando solicitados a opinar e posicionar-se sobre temas

que entram em conflito com valores morais e normas de outros grupos tendem a mascarar ou não demonstrar representações “mal vistas” socialmente aderindo a pressão normativa. Este espaço de difícil comunicação e acesso na dinâmica das representações Abric (2003) chamou de zona muda, refere-se a esta zona onde as representações que embora sejam comuns e compartilhadas entre grupos, não se revelam facilmente nos discursos.

Levar em consideração a hipótese conceitual da zona muda da abordagem estrutural de Abric (2003), não apenas se mostrou necessário como foi comprovada durante o processo das entrevistas. Haja vista que o tema do feminicídio assume um caráter de extrema sensibilidade dentro do contexto territorial do Cariri, optamos por adaptar as entrevistas seguindo a mesma direção da técnica da descontextualização normativa: a busca pelo acesso a elementos presentes na zona muda e o afrouxamento da pressão normativa.

Em um primeiro momento a entrevista (APÊNDICE A) descreve manchetes que demonstram casos de feminicídio sem se utilizar da palavra feminicídio ou mesmo de qualquer imagem que remetesse ao objeto. Após a inserção do tema no início das entrevistas, as perguntas foram direcionadas a estimular opiniões acerca do tema, tanto quanto às causas, como a respeito das possíveis soluções para o fenômeno. Após descontextualizar a temática em relação a grupos específicos, evitando fazer referência aos papéis de gênero de homens e/ou mulheres ao abordar o fenômeno, foram exibidas na última etapa da entrevista duas imagens (APÊNDICE A): uma contendo protesto com a participação de homens e mulheres contra o feminicídio e a violência de gênero e outra contendo apenas mulheres em uma marcha das vadias⁸ (ambas registradas no território cariri).

A utilização destas imagens nesta ordem, foi proposta após a realização das entrevistas piloto, e teve como objetivo afrouxar os elementos contra-normativos durante o decorrer da entrevista, permitindo averiguar os conteúdos emitidos e a possível influência dos grupos de referência na emissão das respostas destes homens, acessando cognições e crenças que poderiam ser facilmente omitidas ou mascaradas pelos entrevistados.

Foram constatadas não apenas acentuadas diferenças nos conteúdos emitidos em algumas entrevistas, antes e após a inserção da última imagem contendo apenas mulheres do cariri. A inserção desta imagem ao final da entrevista revelou-se promissora para acessar as

⁸ Movimento social feminista que emergiu em 2011 em Toronto- Canadá. Sua principal bandeira era o fim da cultura do estupro e da violência e gênero. No Brasil em 2012 estouraram inúmeros protestos seguindo esta perspectiva. No cariri estes protestos emergiram em 2013 e passaram a ocorrer anualmente, sendo também adaptados por diversas frentes organizadas para repudiar os casos de feminicídio na região.

crenças destes homens, revelando a importância das relações intergrupais na gênese destas representações e contribuindo para a efetividade da entrevista e seus resultados para pesquisa.

3.2.4 Efeitos do uso do gravador na entrevista

Outro ponto importante que foi evidenciado durante as entrevistas foi o impacto que o uso do gravador exerceu sobre os entrevistados. Após o desligamento do gravador ao final das entrevistas alguns entrevistados continuaram a emitir opiniões acerca do feminicídio, porém desta vez com mudanças radicais em seus posicionamentos. Neste momento, após o desligamento do gravador e encerramento das entrevistas, diversas opiniões misóginas e de repúdio ao “feminismo” na região foram emitidas por 3 dos entrevistados.

Este fato marcante não apenas comprovou a presença de uma pressão normativa acentuada, como um campo de tensão intergrupar no território cariri. Conteúdos como “feminazi”, “radicais”, “vitimismo”, “extremistas” foram emitidos para descrever a luta de mulheres referenciada na última imagem da entrevista. Embora eu enquanto pesquisador homem, seja facilmente referenciado como parte do grupo “homens do cariri”, ficou evidente que houve adequação das respostas à própria situação da entrevista, ou seja, a situação formalizada a partir do gravador em uma situação eminente de pesquisa acadêmica parece ter aferido radicalmente sobre as repostas dos entrevistados.

Nesse sentido, atentar-se à inter-relação entre os processos de influência social na adequação dos questionários foi fundamental para revelar conteúdos importantes para análise deste estudo, evidenciando também conflitos intergrupais e a presença do fenômeno da transparência das representações sociais no pensamento destes homens. Estudos da escola de Aix-en-Provence como o Mugny Quinzade e Tafani (2001), Gonghier e Jeason (2000) e Flament e Rouquette (2003), serviram de base para compreender este ponto como veremos na análise deste estudo.

Os conteúdos emitidos após o desligamento do gravador passaram também a compor o conteúdo trabalhado nas categorias da análise de conteúdo deste estudo, ainda que de forma indireta, haja vista que tais conteúdos ficaram limitados às anotações do pesquisador. Ainda que o gravador tenha influenciado diretamente no acesso a estes conteúdos consideramos válida a efetivação do instrumento desenvolvido para esta pesquisa uma vez que conseguimos

evidenciar a presença de mascaramentos e de uma zona muda nas representações destes homens.

3.2.5 Estratégias de análise dos dados / ou Análise de conteúdo de entrevistas e imagens

Os dados produzidos durante as entrevistas em profundidade foram analisados com base em uma análise temática de conteúdo (BARDIN, 2011) visando acessar a partir das falas dos participantes, indicadores de valores, preconceitos e visões de mundo que viabilizassem o acesso às representações sociais acerca do objeto estudado, assim como seus devidos processos de construção. A análise temática de conteúdo é compreendida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que objetiva analisar diferentes aportes de conteúdo sejam eles verbais ou não-verbais, por meio de uma sistematização de métodos empregados na análise de dados (CÂMARA, 2013)

Nesse segmento, a análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de técnicas de:

[...] análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Este tipo de análise permite a categorização dos conteúdos discursivos a partir do desmembramento do texto em unidades de registro, a codificação das unidades de registro e sua leitura a partir de eixos temáticos. Segundo Bardin (2011), categorizar é um processo de classificação dos elementos de um texto a partir de diferenciações e reagrupamentos. Desta maneira os dados são analisados de acordo com as semelhanças e diferenças de seus elementos, ou de cada unidade temática na tentativa de alcançar os princípios de objetividade, fidelidade e pertinência.

Godoy (1995) traz que a análise de conteúdo segundo a perspectiva de Bardin, permite a compreensão de características e estruturas/modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens e enunciados. Logo o esforço do analista consiste em uma dupla função: 1) Em buscar o entendimento do sentido da comunicação como se fosse também o

receptor normal; 2) Desviar o olhar buscando acessar a significação de fundo, atingindo outra mensagem a partir da primeira.

As falas colhidas no formato de áudio foram transcritas para forma textual de modo a serem analisadas e organizadas a partir das suas semelhanças e proximidade de sentido. Na classificação dos trechos selecionados, nos debruçamos sobre as formas de expressão presentes tais como: adjetivos, verbos, expressões, metáforas e analogias assim como, seus respectivos padrões estruturais, frequência de ocorrência, repetições, identificação de sequências e outros aspectos formais. Na dimensão semântica foram abordados os elementos constitutivos em torno de significado subjacente ao conteúdo, ou seja, eixos temáticos organizados por unidades de significado. Posteriormente as transcrições foram organizadas em duas etapas: inventário (onde foram isolados os elementos comuns) e classificação (onde os elementos foram categorizados a partir de eixos de sentido).

A seguir descreveremos o processo de construção e interpretação feito com base na análise do conteúdo. Discutiremos por fim as categorias que surgiram nas narrativas apresentadas sobre o prisma teórico das representações sociais, buscaremos acessar os processos formadores destas representações assim como sua influência na dinâmica e no pensamento social do grupo estudado.

4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FEMINICÍDIO NO CARIRI CEARENSE

Após a leitura exaustiva das entrevistas, procuramos partir da observação da estrutura formal e dos significados subjacentes presentes nas falas, para articular, assim, a construção de uma análise temática de conteúdo rigorosa e sensível à complexidade do tema estudado.

A análise temática foi iniciada pela separação de extratos textuais por similaridade de conteúdo e elementos, em seguida estes extratos passaram por uma categorização a partir dos sentidos subjacentes das falas em seus respectivos temas. Emergiram quatro categorias de sentido: 1) Generalização da violência contra a mulher; 2) Violência e feminicídio como frutos de um problema de adoecimento dos homens; 3) Determinante biológico do gênero como causa/justificativa para violência de gênero; 4) Deslegitimação das conquistas legais em contextos de violência contra mulher e feminicídio.

Consideramos tais categorias, como formas de construir sentido em torno do feminicídio por parte dos homens do Cariri, que, quando postas em perspectiva junto ao contexto histórico da região, traduzem como a construção e o compartilhamento do pensamento social masculino pode justificar/viabilizar valores, crenças, e posicionamentos que desaguam no acolhimento e perpetuação de práticas violentas.

Neste sentido optamos por abordar as quatro categorias que emergiram nas falas dos participantes a partir de dois eixos temáticos, no primeiro eixo: **Generalizando para deslegitimar: quem tem medo do feminicídio?**; as categorias 1 e 4 serão apresentadas e discutidas a partir da articulação entre conteúdos representacionais mascarados que emergiram ao tratar do feminicídio enquanto tema polêmico, assim como seus processos de objetivação e ancoragem; no segundo eixo: **Dimensões alteritárias: representando a violência por um olhar alheio**, às categorias 2 e 3 serão aprofundadas a partir de discussões acerca do papel da dimensão alteritária nos processos formativos destes homens e das representações de feminicídio, assim como as crenças, valores e atitudes que circundam as relações intergrupais e sua dinâmica no contexto do Cariri.

4.1 GENERALIZANDO PARA DESLEGITIMAR

Nas categorias de generalização da violência contra a mulher e deslegitimação de conquistas legais de combate a violência de gênero, as RS de feminicídio surgem em meio a

ferramentas discursivas para mascaramento de crenças, valores e atitudes negativas que contrariam normas sociais que vêm sendo estabelecidas em nossa sociedade atual.

As duas categorias possuem elementos representacionais que nos mostram como estes homens buscam ancorar e objetivar as representações sociais de feminicídio e de violência de gênero a partir dos valores e crenças conservadoras presentes em suas histórias, experiências e identidades.

Percebe-se que no contexto cariri há uma massiva presença de uma articulação de mulheres visando combater a violência de gênero em contraposição a presença marcante de casos polêmicos de grande repercussão (SOARES, 2019). Esta característica marcante da região insere no debate a necessidade de perceber estes homens enquanto atores sociais ativos e não indivíduos isolados, e cujo pensamento social inscreve-se diretamente a partir de fatores emocionais e identitários, assim como tomadas de posição ligadas ao seu lugar social.

Nesse sentido, compreender a construção das representações sociais destes homens é também aprofundar-se nos processos onde são produzidas e incorporadas em seus contextos, ou seja, adentrar como são objetivadas e ancoradas. Desta forma para acessarmos estes processos partimos da premissa de que não há um isolamento entre objeto e sujeito, tornando-se necessário ter em vista também os discursos dos grupos que criam as RS, assim como o contexto que os circundam (MOSCOVICI, 2012; JODELET, 2005).

Utilizaremos em nossa análise a abreviação “ENTR” seguida de um número de 01 à 07 para identificar de qual entrevista foi retirado o trecho exposto. Os números de identificação foram dispostos segundo a ordem de realização das entrevistas. Da mesma maneira a abreviação “IMG” seguida de um número irá se referir a identificação das imagens usadas na entrevista. A abreviação “Q” será usada para se referir a identificação da pergunta/questão do roteiro de entrevista que orientou aquele trecho/resposta recortada e exposto no texto.

4.1.1 Generalização do feminicídio e da violência contra a mulher

A categoria: generalização do feminicídio e da violência contra a mulher congrega conteúdos representacionais que generalizam o feminicídio e a violência contra a mulher como uma violência genérica, sem determinantes de gênero. O feminicídio em alguns momentos é tratado pelos homens, nestes conteúdos, em equivalência ao homicídio, atribuindo uma natureza humana violenta como causa do fenômeno e desconsiderando, desta maneira, os determinantes de gênero na tipificação deste crime.

Foram constatados em 12 extratos de texto das falas dos 07 entrevistados, conteúdos e elementos direcionados a generalizar práticas violentas de homens para com mulheres como formas de violência que atingem a todos de maneira semelhante.

Ao observar a IMG01, o participante (ENTR06, IMG01) comenta que vê na imagem: "[...]enfim o ódio né, expresso em forma de violência pelo outro, principalmente pela mulher" (ENTR06 , IMG01). Observamos, aqui, elementos descrevendo o feminicídio a partir de uma generalização de situações muito específicas com impacto social polêmico. A IMG01 descreve de forma sucinta, porém sem utilizar-se da palavra feminicídio, casos marcantes de feminicídio cometidos por homens vitimizando cônjuges ou ex cônjuges.

No trecho a seguir de um outro participante, observa-se também a tentativa de equiparar o feminicídio como parte de uma violência generalizada, na qual todos estariam suscetíveis: "Cara assim... Eu sou contra qualquer tipo de violência para começo de conversa, né?! E aquela coisa, tem uns agravantes que para mim são.. são...são...realmente deploráveis [...]" (ENTR05 , Q05).

Encontramos em outros extratos a tentativa de tratar da causa do combate a violência de gênero e ao feminicídio como mais uma pauta entre outras pautas sociais, generalizando a sua demanda e minimizando sua urgência:

“Como eu falei cara...é um trabalho estrutural, igual o racismo, igual a esta questão do machismo, igual todos esses, essa questão dos lgbtqi, é tudo uma questão de moral que opera em nossa sociedade atualmente sabe?” (ENTR06, IMG 2).

Corroborando com as discussões sobre adequação normativa trazidas por Flament (2001), podemos averiguar que ao manter um certo distanciamento do tema feminicídio a partir de sua generalização, estes homens podem estar mascarando elementos importantes de suas representações sobre o tema para evitar o confronto com aspectos normativos que possam caracterizar suas opiniões como “mal vistas” socialmente. Esta adequação normativa tratada pelo autor evidencia o quanto é importante atentar-se e adaptar a abordagem quando o objeto investigado é interpelado por relações identitárias entre grupos, como foi o caso do presente estudo. As relações identitárias dos homens entrevistados mostraram-se diretamente afetadas pela sua relação com as mulheres e a opinião pública das mídias em torno do tema.

Nesse sentido o feminicídio no contexto do Cariri, é interpelado pela contradição entre os altos índices e sua repercussão na mídia (MARQUES,2013; FREITAS, BRITO E LANDIM, 2018) e uma série de conquistas, movimentos e luta pública da frente de mulheres do cariri (SOARES, 2019), se mostrando assim como uma zona de tensão que provoca forte

pressão normativa, possíveis movimentos de defesa identitária e conseqüente mascaramentos no discurso desses homens em relação ao tema.

Os dados evidenciados nesta categoria nos remetem à reflexões sobre pressão normativa e zona muda das representações sociais, principalmente quando consideramos o tema do feminicídio como extremamente sensível socialmente. Levamos em conta, então, que os elementos normativos de uma representação que se referem a julgamentos, atitudes e estereótipos em relação ao objeto de representação podem emergir de forma a mascarar conteúdos e elementos centrais da representação social de dado grupo em face do grupo de referência (ABRIC, 2003; FLAMENT, 2001; DESCHAMPS E GUIMELLI, 2004).

Observamos ainda que em outros trechos os participantes defenderam explicitamente o não reconhecimento do marcador de gênero nos casos de feminicídio, uma vez que destacam sua equivalência com o crime de homicídio. O entrevistado 02 ao descrever a violência de gênero e o feminicídio como situações pelas quais todos podem passar, associa-o ao significado de homicídio:

"Não, qualquer pessoa pode passar por isso. Pode ser um homem, pode ser mulher, pode ser hetero, pode ser bi, pode ser qualquer tipo de pessoa, pode passar por essa situação e é uma coisa que é comum hoje em dia né!? Infelizmente é uma coisa comum que aí nós todos estamos ao acaso de acontecer e passar também." (ENTR02, Q07).

Ainda em referência a este participante, quando solicitado que se posicionasse sobre as imagens do segundo bloco (IMG 02 E 03) é possível observar a mesma conexão entre o feminicídio e o homicídio, ligando o feminicídio ao crime geral de assassinato:

"É realmente o que está sendo pedido aqui é que... é praticamente ser evitado esse tipo de crime que acontece na maioria das vezes com as mulheres e que as mulheres que já passaram por isso ou que estão em processo passando por algum tipo de abuso atualmente tão pedindo justiça para que isso não seja frequente na vida de todos né?!" (ENTR02 , IMG 03)

Associações entre feminicídio, homicídio e assassinato também foram encontrados na literatura sobre representações sociais de homens em torno da violência de gênero e do feminicídio (PAMPLONA 2020; SANTOS, 2018; MADUREIRA ET AL, 2019). Nos dois trechos supracitados podemos averiguar como o feminicídio aparece objetivado a partir da noção de abuso. Abuso este que poderia ocorrer a qualquer um retirando ou invalidando o demarcador de gênero presente no fenômeno.

Podemos constatar em outro trecho estratégias de afastar o conceito de feminicídio do foco, evidenciando a crença de que a violência e principalmente o “assassinato” são fenômenos que historicamente atingiram muito mais os homens do que as mulheres:

"Acho que nossa sociedade tá cada vez mais doente...assassinato sempre existiu, tá lá desde os primórdios da bíblia, sempre o homem matou... principalmente o homem mesmo, outros homens, as mulheres... mas como tá hoje eu já não sei pensar, por que como eu disse são muitas questões envolvidas..." (ENTR07, Q05)

A generalização da violência contra a mulher como mecanismo de distanciamento do objeto feminicídio, dado seu caráter polêmico, embora em um primeiro momento possa parecer fonte de confusão de significado entre os entrevistados, se revelou muito mais como uma negação sistemática da violência de gênero a partir da equiparação com outras formas de violência.

Neste processo de mascaramento o objeto feminicídio acabou emergindo ancorado a outros objetos como homicídio, crime, assassinato, ou mesmo a outras pautas sociais como racismo, luta lgbtqia+, etc. No entanto, como veremos na categoria a seguir, ficou evidente que os homens entrevistados não apenas sustentam crenças e valores específicos acerca do feminicídio, como também compreendem com clareza seu significado histórico e político, ainda que o neguem.

4.1.2 Deslegitimação das conquistas legais em contextos de violência contra mulher e feminicídio.

A categoria Deslegitimação das conquistas legais em contextos de violência contra a mulher e feminicídio, emergiu como última no processo de análise dos dados. Embora tenha seu recorte a partir de 5 trechos longos transcritos dos áudios das 07 entrevistas, o que sustenta e embasa esta categoria é também um fator atípico de suma importância para a discussão dos resultados deste estudo. Uma parcela significativa dos conteúdos que embasam esta categoria foram emitidos após o desligamento do gravador durante os processos das entrevistas. Em um momento em que os participantes desejaram continuar conversando com o pesquisador sobre o tema, porém com a liberdade de não terem suas vozes gravadas.

Logo, o papel do relaxamento da pressão normativa sobre a fala dos entrevistados se mostrou fundamental para acessarmos conteúdos de uma possível zona muda das

representações sociais investigadas, assim como os processos de construção do pensamento social destes homens de maneira menos polida.

Consideramos o seguinte trecho:

" É percebido que a mulher atingiu um patamar social de equidade e que isso deveria acontecer. Contudo, tem uma espécie de super proteção diante do judiciário, nós entendemos o porquê disso, principalmente na nossa região, que é uma região que foi marcada pelo reconhecimento da mídia, né. uma região onde o feminicídio é muito, muito comum. "(ENTR06, Q08)

Esta fala foi emitida no momento final da entrevista, quando já haviam expressado respostas e posicionamentos acerca das causas, justificativas, teorias e mesmo soluções possíveis para o feminicídio. Neste momento, o participante atribui uma “super proteção” do sistema de justiça brasileiro frente às demandas feministas de proteção e segurança para as mulheres. Inclusive, destacando um possível patamar de “equidade” social nas relações de gênero, de modo que a criação de leis e estratégias de defesa e proteção de mulheres em situações de vulnerabilidade, como nos casos de violência contra a mulher seriam caracterizadas como excesso de proteção para com este grupo.

Nesse sentido, observamos que o processo de construção da representação social de feminicídio mostra-se atravessado por “mascaramentos” e manipulações que desaguardam no próprio processo de construção identitária destes homens a partir de conflitos e cooperações entre identidades sociais (alteridade). No entanto, este processo também apontou para ativação de dados elementos representacionais em face da situação/momento da entrevista.

O reconhecimento do lugar polêmico e sensível do tema para a região como citado no trecho acima, demonstrou ser um elemento importante na hora de emitir opiniões para estes homens. Logo uma parcela significativa dos conteúdos encontrados em suas respostas sofreram uma adequação normativa em face do grupo de referência, vejamos a frase no recorte acima por exemplo: “principalmente na nossa região, que é uma região que foi marcada pelo reconhecimento da mídia, né.” (ENTRE06.,Q08). Este trecho direciona o conteúdo emitido durante as respostas deste entrevistado a um grupo maior de referência, neste caso a mídia local, e sua repercussão na população local.

Como veremos a seguir, outros elementos importantes também alteraram o posicionamento explicitado destes homens frente ao tema, após o afrouxamento da pressão normativa não intencional pelo pesquisador.

Encontramos também ambivalência nos conteúdos que demonstram apoio à luta das mulheres contra a violência, mas aparecem quase sempre próximo de falas que atacam ou

minimizam a importância de conquistas legais de combate a violência contra as mulheres, incluindo o próprio feminicídio. Analisamos o seguinte trecho:

"Na verdade ela é mais pra remediar do que pra evitar mesmo...e também...é...(pausa), como eu posso dizer?... ela acaba também podendo ser usada de má fé, é muito fácil você usar uma lei que serve pra "X" alegando "X" mas tendo acontecido "Y". (ENTR07, Q06)

Podemos ver, a compreensão que o feminicídio enquanto marco legal para o combate à violência de gênero, seguida da expressão de uma crença de que a lei é utilizada como forma de manipulação pelas mulheres. Há ainda a associação implícita do feminicídio com a Lei Maria da Penha e suas devidas medidas protetivas, associando novamente elementos representacionais do feminicídio a outros objetos, como a Lei Maria da Penha e o homicídio.

Seguindo esta perspectiva, podemos então constatar que mesmo havendo uma adequação normativa e um consequente mascaramento de elementos importantes frente às questões da entrevista e a própria situação da entrevista, ainda assim, elementos importantes da representação social de feminicídio foram emitidos, revelando não só a influência social de outros grupos na emissão destas representações, mas o conhecimento destes homens a respeito das atitudes e representações de outros grupos em torno do tema, no caso principalmente das mulheres e a mídia local.

Nesta categoria emergiram ainda vários conteúdos ligados à minimização do feminismo e da organização ativa das mulheres. Conteúdos emitidos sobre intenção de fazer piadas acerca das imagens utilizadas na entrevista e do feminicídio foram expressos próximo e após o desligamento do gravador por 3 dos entrevistados. Observamos o trecho: "Sim, Sim, eu estou olhando aqui, é um movimento feminista né? as mulheres estão nas ruas, tem uma moça aqui uma mistura de ku klux klan com a.... cara é... o sentimento que eu tenho é de uma luta por equidade." (ENTR06, IMG 03).

Nesta fala emitida em tom de piada nós podemos observar a associação direta entre a expressão movimento feminista e o kuklux clã², revelando um mudança significativa nos conteúdos e posicionamentos do entrevistado após a apresentação da IMG03 (marcha de mulheres contra a violência de gênero no Cariri) na entrevista. Esta mudança de posicionamento após a inserção de elementos representando a bandeira do feminismo e a luta ativa das mulheres do Cariri próximo ao fim da entrevista mostrou-se determinante para o tipo de opinião emitida por estes homens.

Conteúdos como “feminazi” (associação do feminismo ao nazifacismo), “extremistas”, “esse tipo de mulher”, “isso daí”, “teatro”, aparecem logo após o desligamento do gravador como descritores para representar a IMG03. Outro ponto que chama atenção nos conteúdos emitidos é o mascaramento social presente nas falas destes homens e como as representações sociais de feminismo aparecem ao final da entrevista logo após o desligamento do gravador, ressaltando valores, crenças, e principalmente atitudes negativas em relação ao tema. Elementos importantes antes mascarados durante o processo de gravação da entrevista em profundidade.

4.1.3 Objetivação e ancoragem: representando o feminicídio além das máscaras

Quando observamos os conteúdos emitidos podemos averiguar, por exemplo, que o pensamento social dos homens do cariri em torno do conceito de feminicídio ancora-se em crenças e elementos anteriores ao marco da lei, onde o feminicídio era visto como apenas mais um homicídio. Esta concepção aparece nas falas dos entrevistados embasada no pensamento de que o fato de homens morrerem mais do que mulheres não justificaria a mobilização social em torno do tema ou mesmo a tipificação do crime. Desta forma, a deslegitimação do feminicídio aparece sustentada na crença de uma superproteção do estado, e consequente diminuição da gravidade de práticas violentas de gênero a partir da sua generalização.

No que tange a objetivação podemos averiguar principalmente na categoria generalização da violência contra a mulher, o constante direcionamento do conceito de feminicídio enquanto mais uma prática social oriunda de um estado de barbárie não resolvido pela sociedade, ou seja, o feminicídio aparece como um conceito dissolvido no meio de símbolos e práticas de violência generalizada atribuídas a um estado primitivo humano. Esta descontextualização ou afastamento do objeto feminicídio não parece indicar uma incoerência ou inconclusão das etapas de objetivação, pelo contrário, as RS de feminicídio parecem não apenas ter adquirido materialidade na realidade concreta destes homens, como estar sendo sistematicamente distanciadas a partir de normas e valores grupais utilizados como estratégias de proteção.

Conforme ensina Moscovici (2012) o processo de objetivação consiste em fazer “com que se torne real um esquema conceitual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 110). O abstrato se torna concreto, cristalizando seus conceitos em algo objetivo, uma “face figurativa”, envolvida a partir de 3 etapas principais: a

seleção e descontextualização, a organização/classificação dos elementos, e a naturalização. Quando olhamos para os conteúdos emitidos por estes homens podemos averiguar que a informação em torno do feminicídio foi descontextualizada e retida, organizada, classificada e naturalizada. Esta conclusão se dá quando notamos principalmente nos conteúdos presentes na categoria deslegitimação das conquistas legais em contexto de violência contra a mulher, não apenas a presença de um padrão e organização coesa de elementos como tomada de posições que revelam uma intimidade cotidiana com o tema.

Outro ponto importante para a análise dos elementos encontrados foi o de levar em conta que o processo de ancoragem, por um lado, precede a objetivação enquanto por outro, se situa em sequência, havendo portanto a necessidade de analisar a partir da dinâmica concomitante neste duplo processo de construção das RS (JODELET, 2005). Enquanto referenciação do objeto a ancoragem aparece a priori a objetivação tratando a informação a partir das experiências e esquemas já estabelecidos, já enquanto processo posterior, a ancoragem se refere à função social das representações, permitindo que possamos compreender como os elementos são expressos e constituídos nas relações sociais (MOSCOVICI, 1961/2012). Logo, a ancoragem também serve como forma de instrumentalização do conhecimento dando a ele um valor funcional para interpretação e gestão do contexto/ambiente (JODELET, 2005). Nesse sentido, observamos que a ancoragem das RS de feminicídio para estes homens aparece conectada diretamente a crenças e valores do grupo, que vão sendo influenciadores e influenciados por uma carga emocional e valorativa que se assentada na sua atitude negativa frente a luta social das mulheres.

O fato do termo feminicídio ser um elemento novo em face de uma prática histórica antiga, embora cotidianamente presente, também nos permite pensar que a associação direta entre imagens de protestos de mulheres e palavras como “radical”, “feminazi”, “extremistas”, “teatro”, “ku klux clã” , feita por estes homens, evidencia um conteúdo emocional e avaliativo baseado em preconceitos e estereótipos negativos contra estas mulheres. Este posicionamento parece se alicerçar na crença de que o grupo teria seus valores ameaçados de alguma forma pelo “feminismo” e suas manifestações.

Outras pesquisas que também trabalharam com as representações sociais da violência de gênero e de feminicídio pela perspectiva dos homens obtiveram resultados diferentes, embora seguindo a mesma direção no que tange a cooperatividade e a postura protetiva do grupo sobre estes temas. A pesquisa de Pamplona (2020), por exemplo, evidenciou a reprodução da culpabilização da vítima e da vitimização do agressor, reduzindo a gravidade dos crimes e retomando a ideia de crimes de paixão nestas representações. Nos mostrando

como os homens buscam culpabilizar a vítima enquanto atribuem a si mesmos um adoecimento ou ausência e controle sobre os impulsos.

Já os estudos de Madureira et al (2019) e Santos (2018) mostraram a forte presença da associação da Lei Maria da Penha ao feminicídio, evidenciando como no decorrer dos últimos anos este objeto vem sendo inserido nas teorias do senso comum que os homens enquanto grupo geral produzem a partir das mudanças sociais em torno do tema.

Corroborando com as discussões trazidas por Jodelet (1998) os estereótipos e preconceitos são esquemas próprios do processo de caracterização e diferenciação dos grupos sociais e que resultam do processo inato de simplificação do senso comum. No entanto, o que chama atenção nos processos de formação das RS de feminicídio para estes homens, é a função que parece exercer para manutenção de sua identidade social.

Como traz Vala (2006) há um duplo enfoque da compreensão das representações sociais (cognitivo e social), é no componente social onde são geradas as regras e lógicas cognitivas distintas. Logo, a coexistência de lógicas indivíduo-social acaba integrando elementos racionais e irracionais, integrando contradições e ambivalências. Nesse sentido, a formação da RS de feminicídio para estes homens entrelaçam-se em contradições entre lógicas distintas como o entendimento do feminicídio como uma prática social condenável a ser combatida, porém deslegitimada enquanto lei, na medida em que acentua a responsabilização masculina sobre a violência de gênero.

No que tange às relações intergrupais e ao mascaramento de elementos representacionais, encontramos nos trabalhos de Doise (2010) ajuda para compreender as pressões normativas e as modificações adaptativas que as RS de feminicídio evidenciaram durante as entrevistas. Podemos observar a partir da inserção da IMG03 o desencadeamento de estereótipos negativos e discriminatórios sobre o feminismo, desvelando a função seletiva e justificadora que as RS ligadas ao feminismo exercem nas relações intergrupais destes homens.

Dentro deste campo das relações intergrupais, estes homens imprimem padrões discriminatórios que deslegitimam e visam invalidar medidas de combate à violência de gênero e ao próprio feminicídio. Ou seja, há uma centralidade em determinados conteúdos, em face da presença do grupo “feministas”, assim como destaca-se a justificação de comportamentos e posicionamentos hostis até então mascarados.

Como traz Jodelet (1998) a ligação intrínseca entre a forma como um grupo percebe e representa aqueles que são percebidos como diferentes desempenha um papel fundamental na própria formação da identidade desse grupo, assim como em como constroem e veiculam

suas representações sociais. Nesse sentido, pensar a construção da identidade deste grupo a partir dos processos de diferenciação e semelhança (alteridade) é também pensar como os conflitos derivados deste processo influenciam e são influenciados pelas RS de feminicídio.

4.2 DIMENSÕES ALTERITÁRIAS : O FEMINICÍDIO POR UM OLHAR ALHEIO

4.2.1 Violência e feminicídio como frutos de adoecimento mental dos homens

Esta categoria emerge a partir de conteúdos emitidos que se direcionam a justificar/atribuir o cometimento de crimes de feminicídio ao adoecimento psíquico daqueles que o cometem. Logo é traçada uma linha imaginária divisória entre o homem saudável que não representaria uma ameaça e não estaria sujeito a cometer atos de violência física que levassem ao feminicídio e o homem doente, como aquele que por adoecimento comete o crime. A categoria foi composta por 10 extratos de textos longos emitidos durante os processos de entrevista em diferentes momentos.

Vejamos o seguintes trechos:

"Da pra ver aqui que são homens que adoeceram mesmo... ao ponto de tirar ou tentar tirar a vida da sua companheira ou namorada...perderam o controle, e da pra perceber que os ataques, eles vem de forma muito passional, é quase como uma doença mesmo ne" (ENTR 07, IMG01).

"É tem, geralmente é um homem que realmente passa dos limites e chega a matar essas mulheres ne, suas companheiras né, pq realmente aqui sempre é alguém que elas conhece, ou um marido ou um pai, ou alguém que ela conhece que tem algum tipo de transtorno mental que chega a matar uma pessoa né?" (ENTR 02, IMG 02).

Estes trechos ilustram diretamente a associação entre um transtorno, descontrole emocional ou problema de saúde e o cometimento de feminicídios. Corroborando com as discussões trazidas por Jodelet (1998) acerca da alteridade e o papel mediador que as RS podem assumir nos contornos das identidades grupais, podemos averiguar nesta categoria um processo de divisão que os entrevistados fazem entre os homens saudáveis (capazes de controlar seus impulsos) e doentes (que praticam violência e cometem feminicídio).

Outra questão importante emerge em diversos momentos das entrevistas, onde acentuaram-se as diferenças do pensamento social destes homens sobre vítimas (mulheres violentadas) e feministas (extremistas, vitimistas) evidenciando como as RS de feminicídio aparecem diretamente afetadas pelos processos formativos da identidade desses homens que buscam a partir da relação com o grupo "feministas", se distinguir baseados na diferenciação

que fazem entre outros grupos, seja destituindo (no caso das mulheres), se identificando (homens saudáveis) ou distanciando-se (homens doentes) (JODELET, 1998).

A constituição do pensamento social destes homens, passa ainda pelo distanciamento do objeto como possível estratégia do grupo para justificar a não auto responsabilização na tentativa de “proteção” do grupo. Objetivando o feminicídio a partir do afastamento do objeto de sua realidade cotidiana, direcionando as significações do feminicídio a partir da ideia de um processo social mais amplo, o qual escaparia ao seu campo de atuação, ou seja, a leitura de que o feminicídio é um fenômeno cotidiano próximo e presente, mas não ao ponto de fazer parte, impactar sua vida ou relações.

Nesta categoria encontramos também conteúdos relacionando o adoecimento masculino a um sintoma social amplo dos homens, ora justificando-o como fruto de uma desordem social da atualidade, ora relacionando a causa do feminicídio a um descontrole emocional oriundo de um estado de perda de razão, transtorno mental ou surto.

Nesse sentido há uma crença destes homens de que seria o adoecimento psíquico e emocional dos próprios homens fruto de uma sociedade igualmente doente, não só a grande causa, mas também a solução para o enfrentamento do feminicídio. Vejamos os seguintes trechos:

"Esse capitalismo que nos mostra, um perfil de felicidade, um perfil de beleza, já nos traça um perfil pré moldado da vida, que é um perfil patológico adoecido, onde as pessoas entram num processo de anulação pra tentar ser aceito pelo outro, orientado pelo capitalismo," (ENTR 06, Q05)

"Mas para resolver esse problema eu acho que o cara não sabe...educação e saúde mental de maneira geral sabe...O investimento em educação e saúde mental. Acho que as pessoas estão doentes da cabeça e por isso que coisas desse tipo, notícia desse tipo, acontecem a cada vez mais... E é difícil... existe né, querendo ou não também, é meio pejorativo né, fazer terapia ou então..." (ENTR 03, Q 06)

Como definiu Jodelet (1998) a alteridade é um processo de dupla construção simultânea, de um lado ele produz diversidade e do outro ele produz exclusão, tendo de ser compreendida tanto em seu nível interpessoal quanto intergrupar. No caso destes homens seu processo de elaboração da diferença, passa pela desvalorização e a estereotipação do grupo de mulheres feministas, na medida em que também é concebida pelo afastamento protetivo do “eu” em relação ao grupo “homens doentes”.

Nesse sentido podemos reconhecer a dimensão da alteridade a partir de sua forma constitutiva onde através de uma dialética eu-outro são acentuadas dicotomias basilares para o processo de formação identitária destes homens (JODELET, 2005). Por outro lado

entendemos que as RS de feminicídio não são necessariamente as mediadoras dos processos identitários destes homens, mas aparecem como disparadoras, uma vez que ocupam um lugar importante no olhar valorativo que estes homens têm sobre as mulheres, sobre a violência, e sobre si mesmos.

4.2.2 Determinante biológico do gênero como causa/justificativa para violência de gênero;

No que tange a necessidade de atribuir uma causa para a origem e manutenção do feminicídio e da violência de gênero, os homens do cariri parecem assentar-se sobre a crença de que a biologia masculina determinaria um domínio físico histórico dos homens sobre as mulheres. Esta crença se articula diretamente com a lógica que atribui ao adoecimento masculino a causa mais atual para os feminicídios continuarem ocorrendo na região.

Nesse sentido, o adoecimento masculino assim como o seu descontrole sobre seus próprios instintos aparecem como pontos de alicerce para que estes homens ancorarem o feminicídio em sua realidade cotidiana. Esta categoria é constituída por 7 extratos de texto emitidos durante as entrevistas em diferentes momentos.

Nos conteúdos presentes nesta categoria podemos perceber um ponto importante para reflexão e aprofundamento no pensamento social destes homens e os processos formativos de suas RS de feminicídio. Ao mesmo tempo em que há uma forte condenação à prática da violência física, há uma exaltação/afirmação de uma superioridade física masculina que justificaria um poder dos homens sobre as mulheres. Vejamos os seguintes trechos:

"[...]como a mulher é fisicamente mais fraca, eles colocam todas as angústias pra cima delas, principalmente na violência doméstica, mas também como... como na sexualização do corpo da mulher nas ruas né, enfim. " (ENTR 01, Q05)

"Ato de covardia né!? Covardia é uma palavra bem, bem... è o que me viria tanto pra mulheres, quanto pra crianças, como pra animais, como qualquer outra pessoa que acredito que seja indefesa em relação a um homem." (ENTR 05, Q03).

"[...]chegar nesse ponto já é covardia, tá errado... primeiro que tem uma diferença na força física, na maioria das vezes o homem tem muito mais força, isso aí é um fato...segundo por que como eu disse se a relação chega no ponto de não dá mais pra suportar o melhor a fazer é se retirar,[...]" (ENTR 07, Q05)

Expressões como “covardia” , ou “força física”, aparecem em quase todos os trechos que compõem esta categoria, ressaltando uma condenação ao acometimento da violência,

mas também atribuindo a dominação masculina como oriunda de fatores biológicos evolutivos.

A utilização de argumentos biológicos para exclusão, inferiorização e dominação de grupos se faz presente historicamente nos conflitos humanos e é tema de grande interesse, estudos, e debate dentro das ciências sociais (ARRUDA, 1999). No que tange às representações sociais destes homens, a crença na superioridade física e atribuição de adoecimento como causa da violência, desvela um pensamento social orientado pela negação sistemática da responsabilidade masculina enquanto grupo sobre a violência de gênero na região.

Como Moscovici (2012) ressaltou, a especificidade contextual de cada grupo social contribui para especificidade de suas representações e vice e versa. No caso dos homens do cariri, a crença de que determinantes biológicos de gênero seriam uma das causas de feminicídios, não só reafirma uma atitude protetiva do grupo em face da responsabilidade coletiva sobre o fenômeno, como também pode ocupar o lugar de uma justificativa para atitudes discriminatórias e a manutenção de normas e valores conservadores.

Vejamos outro fecho importante para compreender o papel das RS de feminicídio nas relações intergrupais destes homens:

"E por muitas vezes o companheiro não entende que aquela mulher empoderada está sobrecarregada, então vai ter questões hormonais, questões de humor aí envolvidas, e ah, eu não entendo o outro como ser que falha, simplesmente é alguém que tem que me servir. e quando ela não me serve mais, das duas uma: ou eu tento resolver de maneira amigável, quando isso não acontece, geralmente a violência é o caminho pedagógico escolhido, por incrível que pareça." (ENTR 06, Q06).

No trecho acima podemos ver conteúdos representacionais destes homens em relação ao grupo “mulheres” que revelam uma imagem direcionada a apontar aspectos biológicos como possíveis falhas/vulnerabilidades que justificariam comportamentos hostis e práticas violentas dos homens. Em concordância com o que traz Jodelet (2005), as representações não só servem e justificam dados comportamentos grupais como também se estruturam de acordo com estratégias próprias dentro das relações e interações sociais.

Seguindo nessa perspectiva é necessário levar em conta a relação entre as representações sociais e as configurações dominantes na dinâmica social destes homens (CABECINHAS, 2004). No caso do feminicídio, ficou evidente que o caráter valorativo e afetivo atribuído por estes homens ao fenômeno permeia seus sistemas de crenças, normas e

valores, de forma a orientar comportamentos e atitudes em face do próprio grupo e de outros grupos.

A utilização do termo “pedagógico” desvela a raiz da crença de que a força física e a virilidade masculina seriam ferramentas não apenas de controle dos homens mas de manutenção de um estado de poder disciplinar perdido (JUNIOR, 2013).

A demarcação das diferenças de gênero a partir da ideia de uma virilidade física acentua espaços de afirmação do poder masculino (CONNELL, 2013). No caso destes homens, esta crença emerge não apenas no leito familiar mas também no campo social, econômico e político, fomentando tradições, crenças e posicionamentos onde a legitimidade social da violência masculina tornaram-se parte da cultura no cariri (SOARES, 2019).

Vejamos outra fala onde a associação entre “força física” e “honra” aparecem implicitamente ligadas nos conteúdos emitidos:

"Mano é... è complicado, de toda forma eu considero errado, não importa o que venha a justificar, o que venha a explicar, a nada desse tipo, por uma questão realmente de força física, a grande maioria dos casos o homem tem mais força e detém a honra ou sua imagem própria. ENTREVISTA 04 , Q 05".

Observamos mais uma vez a presença de elementos contraditórios, onde o feminicídio é tratado como algo condenável e hediondo por um lado, mas ancorado e objetivado a partir de crenças que atribuem sua justificativa à causas naturais ligadas a uma superioridade dos homens.

A ampla carga normativa identificada nos conteúdos emitidos por estes homens, assim como o mascaramento de dados elementos nos permite encaminhar a discussão para o papel que a dinâmica alteritária possui na construção e na manutenção das representações sociais de feminicídio e da influência que estas representações exercem e sofrem de outras representações a partir das relações intergrupais presentes na região.

4.2.3 Quem tem medo do feminismo? Alteridade radical e feminicídio.

Compreender acerca do desenvolvimento, das transformações e da organização de uma representação também exige a sua integração na dinâmica social, ou seja, as representações são constantemente atualizadas e determinadas conforme a estrutura da sociedade onde se desenvolve (MOSCOVICI, 2003). Por sua vez, a estrutura social nos

remete às clivagens, diferenciações e semelhanças que compõem os processos de dominação (DESCHAMPS E GUIMELLI, 2004).

Para Jodelet (2001) atitudes são definidas a partir de estruturas cognitivas, estados de espírito alicerçados ou voltados para valores e crenças organizados através da experiência dos indivíduos. No caso destes homens, as representações sociais que eles possuem sobre feminismo e mulher parecem preencher algumas cognições de manutenção de sua identidade social e de seu equilíbrio sócio-cognitivo. Por sua vez, estas cognições comportam crenças e valores que parecem estar subjacentes aos processos de construção das representações sociais de feminicídio.

Ao discutir os processos alteritários de exclusão a partir da loucura, Jodelet (2005, p. 375) afirma que “sua ancoragem em um fundo comum prático e cultural dá às representações sociais os conteúdos e as colorações específicas que traduzem algo da identidade cultural de da mentalidade grupal”. É a partir do processo de ancoragem que se pode compreender o jogo da cultura assim como as características históricas, regionais e institucionais da produção do sentido.

Mergulhando nos conteúdos emitidos pelos entrevistados encontramos a profunda influência de sua construção identitária. Crenças e cognições ligadas a valores como “honra”, “virilidade”, “força”, “controle”, compõem o fundo no qual o feminicídio enquanto fenômeno social cotidiano se perpetua e se ancora.

Embora tenhamos encontrado trechos condenando a prática da violência de gênero e do feminicídio nestas categorias, os mesmos vêm acompanhados ou ancorados em conteúdos que acentuam ainda mais os processos de exclusão e dominação dos homens.

Jodelet (1998) trabalha o caráter destrutivo da dinâmica alteritária a partir do conceito de alteridade radical, onde o reconhecimento social do outro se constitui a partir da destituição de sua humanidade. Neste sentido, a carga valorativa que se assenta nas falas destes homens frente à luta de mulheres e ao feminismo parece compor diretamente a ancoragem que as representações sociais de feminicídio.

Moscovici (2003, p.242) traz que as representações sociais embora estejam em constante e permanente processo de mutação, a apropriação do “novo” segue sempre uma lógica “conservativa” e profundamente “sociocêntrica”, ou seja, mesmo os indivíduos sendo ativos na construção de suas representações, a estrutura social determina a margem de liberdade e negociação deste processo.

Seguindo nesta perspectiva, a forma como estes homens representam e se posicionam sobre o feminicídio é marcada pela construção de sua identidade enquanto grupo social.

Como nos mostra Junior (2013) elementos ligados ao ideal de homem que compõem a historicidade da cultura do nordeste, principalmente nos territórios conhecidos como sertões, são estruturadas na “macheza” e na “valentia” anteriormente usadas como símbolos de resistência e valorização social.

Quando pensamos a atualidade destes homens podemos inferir como estes valores passados geracionalmente ainda servem de fundo para a construção do pensamento social dos mesmos. O que chama mais atenção nas representações sociais do feminicídio é como a generalização da violência e sua deslegitimação aparecem compondo estratégias retóricas que desaguiam na defesa de sua própria identidade e diferenciação enquanto grupo.

Jodelet (1998) compreende que as discussões em torno da alteridade acabam por esbarrar em uma perspectiva que encerra a diferença em si mesma, visto que “...ao designar o caráter do que é outro, a noção de alteridade é sempre colocada em contraponto: ‘não eu’ de um ‘eu’, ‘outro’ de um ‘mesmo’” (p. 48). Logo, a alteridade deve ser destacada como fruto do duplo processo constante de construção-exclusão sendo indissoluvelmente ligados como dois lados da mesma moeda (ZANELLA, 2005).

No caso das representações destes homens sobre o feminismo , identificamos uma carga valorativa muito presente. A mudança de posicionamento e postura frente às imagens de feministas na região surgiu, principalmente após o desligamento do gravador, evidenciando um conhecimento destes homens acerca das representações de outros grupos sobre o feminicídio. Desta forma ficou clara a transparência destas representações sociais assim como a tentativa de mascarar crenças e valores em torno das mulheres e da violência de gênero da região.

Como mostraram Soares (2019), Freitas, Brito e Landim (2013) não é de hoje que o cariri é uma terra difícil para as mulheres. A tradição cultural marcada pelo acentuamento da exclusão sistemática da mulher nos espaços sociais aparece como difusor de como a identidade destes homens parece articular-se à necessidade de proteger a si mesmos a partir da exclusão do outro..

A mudança cada vez maior de elementos basilares dos papéis de gênero na atualidade (CONNELL, 2009) parece encontrar no território cariri um lugar de disputa. A emissão de conteúdos como “feminazi” , “extremistas” e discursos anti feminismo aparecem com o desligamento do gravador chamando nossa atenção para pensarmos as implicações práticas que estes homens enquanto grupo produzem ao negar sistematicamente, porém de maneira sutil, a manutenção das práticas de violência de gênero na região.

Embora a dinâmica alteritária de exclusão desses homens não se utilize da desumanização total das mulheres, suas atitudes negativas frente a sua luta social no Cariri denunciam o caráter destrutivo do campo da alteridade destes grupos. A mudança significativa de posicionamento e postura durante os momentos finais das entrevistas, não apenas comprova tal constatação como nos mostra o mascaramento do grupo acerca da deslegitimação do feminicídio enquanto medida protetiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar as representações sociais de feminicídio entre os homens da região metropolitana do Cariri, visando acessar por meio de suas falas e posicionamentos, os valores, crenças e práticas sociais que ancoram e sustentam o seu pensamento social sobre o feminicídio.

O desafio de conseguir acessar um tema tão sensível para a região se mostrou árduo e com inúmeras barreiras práticas. No entanto, a possibilidade de realizar um estudo utilizando diferentes estratégias de acesso aos conteúdos nos deu a capacidade de adaptação necessária para vencer estas limitações mantendo a rigorosidade técnica que uma pesquisa precisa ter.

Buscamos através da abordagem bola neve (VINUTO, 2020) concretizar vias de acesso a estes homens, alcançando a maior diversidade de perfis possíveis, buscando a partir do mergulho na entrevista em profundidade extrair o máximo de conteúdos representacionais a respeito do tema. Nesse sentido, desenvolver o roteiro de entrevista em combinação com o uso de imagens foi fundamental para conseguirmos promover diferentes formas de expor e acessar seus posicionamentos e crenças.

Uma vez que as entrevistas piloto permitiram que pudéssemos reconhecer no silêncio dos entrevistados o recuo em se posicionar ou se expressar sobre o tema, revelando o caráter “tabu” que o feminicídio possui para a região, pudemos averiguar a presença de esforços para se expressarem controlando a emissão de seus posicionamentos com objetivo de parecerem socialmente mais aceitáveis ou corretos. Logo, foi necessário pensar em como criar um espaço acolhedor durante as entrevistas que viabilizasse o afrouxamento da pressão normativa sobre o tema, permitindo alcançar respostas subjetivamente sinceras.

Nesse sentido, acessar as representações sociais destes homens exigiu também a articulação de diferentes conceitos e ferramentas teóricas e práticas dentro da teoria das representações sociais. Ao utilizarmos os constructos teóricos sobre a existência de uma possível zona muda nas falas destes homens (ABRIC, 1998), conseguimos abrir um leque de possibilidades de manejar as ferramentas de pesquisa frente à complexidade do tema. Nos atentamos também à necessidade iminente de pensar um instrumento capaz de prever as possíveis dificuldades na coleta e garantindo ao mesmo tempo uma postura ética e respeitosa com os participantes.

Embora tenhamos atingido a saturação necessária para realizarmos uma análise de conteúdo que permitisse acessar as cognições, crenças e valores destes homens, vale ressaltar

que também esbarramos nas limitações práticas de se fazer uma pesquisa com este tema e público alvo. Houve inicialmente uma grande recusa por parte dos homens da região em realizar ou em manter-se na entrevista, resultando em adaptações do cronograma proposto e também em dificuldades financeiras e logísticas de sua realização.

Apesar disto, consideramos que o número de participantes não impediu que pudéssemos extrair de seus conteúdos uma articulação teórica eficaz e fidedigna. Contudo, reconhecemos que um número maior de entrevistas poderia nos permitir a utilização de diferentes ferramentas de tratamento de dados ou análise e conseqüentemente ampliar nosso mergulho e compreensão de nosso objeto.

Utilizamos de uma abordagem que demandou tato e criatividade na aplicabilidade dos instrumentos. Pensar a ordem do instrumento foi basilar para a efetividade das entrevistas. A utilização de imagens contendo gatilhos contextuais da realidade da região sobre o objeto investigado se evidenciou fundamental para atingir dados conteúdos representacionais que seriam facilmente mascarados ou omitidos em uma situação convencional de entrevista.

Constatamos, ao nos debruçarmos sobre os resultados, como as especificidades sociais e culturais do território ocupavam um lugar fundamental na forma como o fenômeno ocorre na região e conseqüentemente na maneira como estes homens representam o feminicídio, a violência de gênero e as próprias mulheres. Mergulhando nos conteúdos colhidos conseguimos entender como o conceito do feminicídio é ao mesmo tempo compreendido e apropriado por estes homens enquanto marco legal/lei, no entanto, negligenciado e afastado enquanto fenômeno concreto em sua realidade social. Esta dinâmica dupla, em um primeiro momento nos fez indagar sobre a possibilidade do objeto não ser representado socialmente por estes homens, sendo ainda novo ou simplesmente não ocupando espaço de destaque em suas teorias do senso comum. Esta hipótese não foi confirmada à medida em que nos aprofundamos na análise dos conteúdos coletados.

O fato destes homens compartilharem crenças acerca do feminicídio como também assumirem padrões de posicionamento, linguagem e atitudes semelhantes frente ao mesmo, nos mostrou que o feminicídio é sim um objeto de representação social para o grupo. Mas não somente um objeto incógnito presente constantemente nos noticiários, mas uma via de acesso às crenças basilares que circundam a própria formação identitária deste homens, operando também sobre aquilo que é considerado condenável ou uma ameaça pelo grupo.

Ao mergulharmos nos conteúdos emitidos por estes homens, averiguamos a ancoragem do feminicídio a elementos anteriores ao marco legal da lei, assim como a tendência em deslegitimar as conquistas legais de combate a violência contra a mulher a

partir da generalização da violência. Ou seja, estes homens tendem a condenar o feminicídio afastando-o de sua realidade cotidiana na medida em que evitam tratar acerca da responsabilidade coletiva acerca dos crimes. Estes posicionamentos se sustentam a partir da separação de categorias dentro do próprio grupo, os homens entrevistados dividiram sua visão de si mesmo entre aqueles que cometem violência como adoecidos ou desprovidos da razão, e os homens considerados saudáveis como aqueles que não cometem nenhum tipo de agressão física às mulheres.

Em consonância com a compreensão de Jodelet (1998), percebemos que há uma ligação intrínseca entre a forma como os homens estudados percebem e representam outros grupos percebidos como diferentes e a própria formação identitária dos mesmos. No caso da forma como surgiram categorias para separar e explicar as causas do feminicídio, revelam a dimensão alteritária presente na base de seu pensamento. Homens considerados normais são saudáveis (semelhantes) e por tanto não cometeriam tais atos, já homens que cometeram feminicídio (diferentes) o fizeram devido a um adoecimento, a dicotomia homens doentes versus homens saudáveis também surge conectada a dicotomia mulheres versus mulheres feministas.

Os resultados de nosso estudo apontaram crenças com intensa carga valorativa do grupo, por vezes, condenando a violência de gênero. Por outro lado, estas mesmas crenças também denunciaram como os homens tendem a “se defender” do objeto feminicídio na medida em que o mesmo denuncia a responsabilização masculina sobre os crimes. Também podemos averiguar outras cognições basilares, perpassadas por uma carga de elementos regionais nas representações dos homens do cariri.

Nesse sentido, ao acessarmos as representações sociais de feminicídio dos entrevistados, desvelamos os processos de construção e exclusão que compõem a realidade histórica e cultural destes homens. Diante disto, vemos a partir da presença das representações sociais que estes homens têm das mulheres e do feminismo o entrelaçamento de estratégias grupais protetivas, tanto na omissão quanto na emissão de crenças e conteúdos acerca do feminicídio.

O fato destes homens refletirem em suas percepções e interpretações características ligadas a uma dinâmica histórica de poder social onde ser homem requer deter poder e dominação sobre a família e a propriedade (JUNIOR, 2013), também nos permitiu refletir sobre a força que o contexto social exerce sobre seu pensamento. Nesse sentido, alçar de Doise(2002) a percepção dos impactos que o campo da sociodinâmica exerce sobre estas representações também nos ampliou a análise sobre o objeto.

A necessidade destes homens de proteger a sua identidade social acaba operando como uma forma de perpetuação de práticas sociais que desaguam na violência de gênero da região. A partir do aprofundamento na análise de suas falas percebemos como a dinâmica social de seu contexto impacta estas representações nas relações intergrupais. Constatamos a presença de fundo da resistência às mudanças de dados elementos da cultura e suas práticas sociais nas falas destes homens. Este ponto só foi percebido graças à articulação teórica entre os estudos de gênero (CONNELL, 2005; 2009; 2013) e dos papéis sociais na atualidade.

Compreendendo as práticas sociais enquanto um sistemas de ações e de comportamentos que emergem no contexto de atividades sociais individuais e de grupos (BERRI; CASTRO; CAMARGO, 2016), observamos também leves ajustamentos de posicionamentos e crenças no intuito de dar conta da evolução das mudanças ligadas aos papéis de gênero, principalmente nas posições das mulheres na nossa sociedade (POESCHL, 2004). Conteúdos muitas vezes podados ou direcionados a posicionamentos favoráveis a luta das mulheres na região vieram mesclados com falas que revelavam outro posicionamento.

O desligamento do gravador como marco para a liberação de conteúdos contra normativos demonstrou o quanto há uma manipulação do discurso por parte dos homens entrevistados, como também uma negação sistemática das causas sociais do feminicídio, embora condenem as práticas violentas, suas cognições parecem se basear em crenças acerca de sua identidade grupal e da necessidade de preservá-la. Nesse sentido vale ressaltar que tais mudanças não dão conta de agregar valores direcionados à equidade ou construir a partir da alteridade espaços para o respeito e a igualdade de gênero e a diversidade. Acontece na prática o contrário, a crença de que o feminicídio é uma medida que superprotege as mulheres e seu caráter protetivo é usado de má fé contra os homens.

Outras crenças presentes em suas falas chamaram bastante atenção como o fato do feminicídio ser em diversos momentos alocado como homicídio, mais uma vez evidenciando a resistência a reconhecer o demarcador de gênero como fator fundamental para o acometimento destes crimes. A deslegitimação do feminicídio e das conquistas legais em contexto de violência contra a mulher e a generalização da violência de gênero se unem não apenas pelo seu eixo temático, mas pela manutenção cooperativa do grupo em relutar e se defender da falsa ameaça que tais medidas representam.

Embora a estruturação metodológica e o objetivo da pesquisa estejam imersos no campo das representações sociais, termos articulado estudos sociais e antropológicos (JUNIOR, 2009; 2013), assim como da teoria de gênero de Connell (2005; 2009; 2013), nos permitiu agregar ao estudo uma amplitude maior de perspectiva, aprofundando ainda mais

nossa compreensão acerca do objeto estudado. Afinal, é fundamental ao estudarmos representações sociais reconhecer o caráter multidimensional de sua formação. (VALA, 2013).

O fato do feminicídio para região ser um objeto que vem se tornando cada vez mais presente nos meios de comunicação, desvela uma realidade cruel e violenta que precisa ser encarada e compreendida com urgência para efetividade das estratégias de combate a este fenômeno.

Um ponto importante desta pesquisa foi conseguir acessar estas representações sociais para além do conteúdo ou do discurso deste homens, mas ter adentrado os elementos e aspectos que revelam a gênese de suas cognições e crenças. A partir de um mergulho no território, seus símbolos, elementos, crenças e historicidade, buscamos abrir um caminho inicial para que estudos e discussões possam não só investigar mas produzir possíveis caminhos interventivos para promover mudanças neste cenário trágico.

A adaptação de técnicas de pesquisa em representações sociais permitiu que construíssemos uma leitura dos dados que viabilizasse um mergulho em elementos importantes que compõem o pensamento social destes homens. Adentrando as mensagens e significados que compõem um fundo, muitas vezes mascarado, que norteia seus posicionamentos no cotidiano.

Encontramos a partir das leituras de Jodelet (1998; 2002; 2005) uma perspectiva capaz de fornecer ferramentas que nos auxiliaram na leitura de um objeto complexo e perpassado por inúmeras questões em diferentes campos de estudo e conhecimento. Conseguimos dar um passo inicial junto a urgência de pensarmos como cognições sociais e valores conservativos produzem violência em nossa sociedade.

Os desafios e limitações encontrados não impediram de extrairmos o máximo com o que tínhamos em mãos, mas limitaram um possível alcance maior de pessoas, ainda assim considero como pesquisador que a escassez de estudos voltados para compreender as bases sócio cognitivas da violência cometida por homens, permite que mesmo com limitações possamos considerar este estudo uma abertura de caminhos para futuros estudos que engajem cada vez mais discussões a respeito destes temas. rompendo com caráter conservador que pode perpetuar a violência e viabilizando mudanças positivas e mais justas para nossa sociedade.

Em face da realidade, sabemos que construir uma sociedade sem feminicídios ainda parece uma utopia distante, no entanto é preciso agir e acreditar que é através do compromisso social com a pesquisa, com a ciência e com a educação o caminho presente

para alcançarmos a equidade. Mudar de maneira crítica as crenças e valores sociais é um processo que exige tempo, e que se mostra historicamente volátil e conflitivo, logo acentua ainda mais a urgência de produzirmos no agora espaços para discutirmos com as crianças e com os homens sobre temas que muitas vezes são lançados sobre a ode de tabu social. É preciso que nós homens nos aproximemos da reflexão crítica e da responsabilidade social que temos sobre a perpetuação de tanta violência.

Por fim, vale ressaltar a importância de estudarmos este tema de maneira ontogenética, buscando compreender o fenômeno do feminicídio em seu caráter multidimensional, adentrando suas dimensões: individuais, cognitivas, relacionais e sociais. Afinal é necessário compreender como as representações sociais de feminicídio vem organizando e orientando não apenas o conhecimento prático ou as teorias de senso comum deste homens, mas as suas práticas sociais.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In . MOREIRA, A. S. P & OLIVEIRA, D. C. (org). **Estudos interdisciplinares de representação social**. ed.1. Goiânia: AB. 1998. p 27-38.
- ABRIC, J. C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In P. H. F. Campos & M. C. S. Loreiro (Org.). **Representações sociais e práticas educativas**. ed.1. Goiânia: UCG. 2003.p 37-57.
- ABRIC, J. C; TAFANI, E. **Nature et fonctionnement du système central d'une représentation sociale: la représentation de l'entreprise**. Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale, v.28, n.4. 1995. p 22-31.
- ALMEIDA, M. G. de. Diversidades Paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In. ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F; BRAGA, H. da C. **Geografia e Cultura**. Os lugares da vida e a vida dos lugares.Goiânia: Ed. Vieira, 2008. p. 47-74.
- ALMEIDA, M. G. De. Uma leitura Etnográfica do Brasil Sertanejo. Geotextos, v. 18, n.2, dezembro de 2022. p231-254. Disponível em: <
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/o_territorio_e_a_comunidade_kalunga.pdf>
Acesso em 12 de jul de 2023.
- ARRUDA, A. **Representando a alteridade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p 168.
- BARDIN, L . **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.
- BARDIN, Nel; MUNHOZ, Elzira M. B. Snowball (bola de neve): uma
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BECKER, F. Ensino e Construção do conhecimento: o processo de abstração reflexionante. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v.18, n.1, p 43-52, 1993. Disponível em: <
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/231895/000093168.pdf>> Acesso em 12 de junho de 2023
- BERRI, B.; CASTRO, A.; CAMARGO, B. V. Representações sociais relacionadas às práticas de rejuvenescimento. **Psicologia em Pesquisa**. v. 10, n. 2, p. 21-30. 2016. DOI: 10.24879/201600100020056 Acesso em 13/03/2023.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOURDIEU, P; **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CABECINHAS, R. Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. **Paidéia**. Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, ago 2004. Disponível em: <

<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003> > acesso em 12 de dez de 2023

CAMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul. 2013. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 jul. 2024.

CARVALHO, E. A; RIBEIRO, R. A. F. UMA ANÁLISE HISTÓRICO-JURÍDICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO DO CARIRI. **XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária**, 2008. Disponível em: <

<https://silo.tips/download/uma-analise-historico-juridica-daviolencia-contra-a-mulher-na-regiao-do-cariri> > Acesso em 15 de jun de 2022.

CHIZZOTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

CHAVANEL, S. & ROMAIN, D. La zone muette de la représentation sociale des musulmans: une nouvelle approche méthodologique. Mémoire de maîtrise, Université AixMarseille, Université de Provence. UFR en Psychologie, Sciences de l'Éducation. 2004

CHUEKE, G. V; LIMA, M. C. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 128, p. 63-69, 2012.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2nd ed. California: University of California, 2005.

_____. **Gender In a World Perspective**. Cambridge: Polity Press, 2009.

_____. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 21, no. 1, 2013, p. 241-281. Disponível em:<

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650> > .

Acesso em: 12 de mar de 2024.

_____. QUESTÕES DE GÊNERO E JUSTIÇA SOCIAL. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, v.4, no 2, p.11-48, jan./jun. 2014.

_____. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Versos, 2016.

COSTA, M. M; SILVA, A. A; INGRAM, M. A diferença entre dados sobre feminicídio e homicídio de mulheres. **Revista Exame**. Publicado em 8 de abril de 2021. Disponível em: <<https://exame.com/blog/impacto-social/a-diferenca-entre-dados-sobre-feminicidio-ehomicidio-de-mulheres/>> Acesso em 27 de Junho de 2021.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In _____. (Org.) DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

DESCHAMPS, J. C. & GUIMELLI, C. L'organisation interne des représentations sociales de la sécurité/insécurité et hypothèse de la zone muette. In: J. L. BEAUVOIS & R. V. JOULE, J.

M. MONTREIL. **Perspectives Cognitives et Conduites Sociales**. p 300-323. Tomo IX . Rennes: Press Universitaire de Rennes. 2004.

DOISE, W. **Da Psicologia Social à Psicologia Societal**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 18, n. 1, p. 27-35, 2002.

DOISE, W. O retorno da sociedade à psicologia social. In: GALINKIN, A. L.; SANTOS, K. B. (Org.). **Anais do Simpósio de Gênero e Psicologia Social**. Brasília: Technopolitik, 2010.

DOISE, W. Sistema e Metassistema . In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília, DF: Technopolitik, 2019. 123-159 p. Disponível em: <<http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/TRS50anos2aEdRevDez19r.pdf#page=262>> Acesso em 20 de jul de 2021.

FLAMENT, C; ROUQUETTE, M. L. **Anatomie des idées ordinaires**. Comment étudier les représentations sociales. Paris: Armand Colin, VUEF. 2003.

FLAMENT, C. Représentation Social, consensus et corrélation. **Papers on Social Representations**, v. 3, n.2, p. 184-193. 1994

FLAMENT, C. La représentation sociale comme système normatif. **Psychologie et Société**, v. 1, 1999, p. 29-53.

FREITAS, A; BRITO, T. M; LANDIM, O. S. A VIOLÊNCIA FATAL NOS CASOS DE FEMINICÍDIO ÍNTIMO NA CIDADE DO CRATO NOS ANOS DE 2015 A 2018. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências - RIEC | ISSN: 2595-0959 |**, v. 3, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://riec.univs.edu.br/index.php/riec/article/view/152>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência doméstica durante a pandemia de covid-19. Nota técnica, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>> Acesso em 24 de junho de 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>> Acesso em 20 de junho de 2024.

GAYMARD, S . Les techniques de substitution dans l'étude des représentations sociales: un révélateur des aspects normatifs. **Actes de Colloque: Normes sociales et processus cognitifs**. Pointers, p. 85-88. 2003.

GILBERT, D. T; HIXON, J. G. The Trouble of Thinking: Activation and Application of Stereotypic Beliefs. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 4, ed 60, p. 509-517. 1991.

GUIMELLI, C., DESCHAMPS, J. C. (2000). Effet des contextes sur la production d'associations verbales. Le cas des représentations sociales des Gitanes. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*. 44-54.

GIMENEZ, G. Território, cultura e identidades: la region sócio-cultural. In: **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, época II. Vol. V, Nº 9, Colima, 1999, p. 25-57

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt> > acesso em 2 de jun de 2023.

GOLDBERG, Anette. “Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político”. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 28, p. 42-70, 1989.

GONÇALVES, C. U. A invenção da região do Cariri entre o messianismo e a ética capitalista. In: LIMA, M. V. de; MARQUES, R. (Orgs.). **Estudos regionais: limites e possibilidades**. Crato: NERE/CERES, 2004.

GONTHIER, B. & JEANSON, M. **Étude sur la représentation social de la toxicomanie: entre deux générations**. Maîtresse Psychologie Sociale, Université de Provence, Aix-en-Provence. 2000.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. BECKER, B.K. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

STARLING, H. M. M. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanism no Brasil, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 82. 2008. Disponível em: < <https://doi.org/10.4000/rccs.626> > acesso em 13 de julho de 2023.

Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. In De Arruda Silva, A. M. (Ed.), *Representando a Alteridade* (pp. 47-67). Vozes.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001. p. 31- 61.

JODELET, D. **Loucura e representações sociais**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005. p. 389.

JUNIOR, D. M. A de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.

JUNIOR, D. M. A de. **Nordestino: invenção do “falo” - Uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2ªed. Intermeios. 2013. 256 p.

LIMA, L. C. **Terra ignota: A construção de Os sertões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

MADUREIRA, A. B; MANTOVANI, M. De F; SILVA, Â. T. M. da; et al. Representações sociais de homens agressores denunciados acerca da violência contra a mulher. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/reben/a/VHWWG3RDtpf3tc4nMFNsVRn/?lang=pt> > . Acesso em: 26 maio 2021.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis, RJ: Vozes. 2006.

MARQUES, R. A identidade como estratégia: modernização, memória e política no Cariri (1950). In: LIMA, M. V. de; MARQUES, R. (Orgs.). **Estudos Regionais**: limites e possibilidades. Crato: NERE/CERES, 2004.

MARQUES, R.. Como se faz uma região com ideias de atraso, violência e vitimização: gênero, agência e trânsito de mulheres no Cariri contemporâneo. In: CORDEIRO, D. S. (Org.). **Temas contemporâneos em sociologia**. Fortaleza: Íris, 2013. pp.68-72

MAZZOTTI, A. J. A. A abordagem estrutural das representações sociais. **Psicologia da educação**, São Paulo. V.1 Ed.2, 2002, pp. 17-37. Disponível em: <
<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/31913> > acesso em 2 de julho de 2023.

MEDEIROS, L. F ; CABRAL, A. L. de A. Ser homem: um estudo sobre as masculinidades no interior do Nordeste brasileiro. **CIAIQ2019**, v. 2, p. 559–568, 2019. Disponível em: <
<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2126> > . Acesso em: 29 jun. 2021.

MEDRADO, B; NASCIMENTO, M. & LYRA, J. Os feminismos e os homens no contexto brasileiro: provocações a partir do encontro 13º Fórum Internacional AWID. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24 n. 2, 603-608, 2019. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/csc/a/m9m3BWtqGvVtVCyKHVzDrDr/?lang=pt>>. Acesso em 28 de junho de 2021.

MEDRADO, B., & LYRA, J.. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809–840.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>

MENIN, M. S. D. S. Representação social e estereótipo: A zona muda das representações sociais. *Psicologia Teoria Pesquisa*, v. 22, n. 1, p 43-51. 2006. Disponível em:<
[doi:10.1590/S0102-37722006000100006](https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000100006)> acesso em 07 de julho de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigações em psicologia social. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. (1961). **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MORÉ, C. L. O. O. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde. In: **Atas 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa e 6º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação**; 2015 ago 5-7; Aracaju, SE. Goiânia: UFG; 2015. p. 126-31. Vol. 3. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7415300/mod_resource/content/1/Entrevista_semiestruturada_contexto_saude.pdf > acesso em 14 de jun de 2023.

MORIGI, V. J. Teoria Social e Comunicação: Representações Sociais, Produção de Sentidos e Construção dos Imaginários Midiáticos. **E-Compós** (Brasília), v. 1, n. 1, 2004, p. 1-14. Disponível em: < <https://doi.org/10.30962/ec.9> > acesso em 13 de jun de 2023.

MOURATO, C. 'Escritório do crime': condenado por assassinatos em série no cariri volta a júri em novembro. PORTAL G1 CE. 04 de novembro de 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ce/ceara/cariri/noticia/2022/11/04/escritorio-do-crime-condenado-por-assassinatos-em-serie-no-cariri-volta-a-juri-em-novembro.ghtml> > Acesso em 20 de dezembro de 2023.

MUGNY, G.; QUINZADE, A. & TAFANI, E. Dynamique représentationnelle et influence sociale. In: P. Moliner. **La dynamique des représentations sociales** (pp.123-161). Grenoble: Press Universitaire de Grenoble. 2001.

NÓBREGA, D. O. da; ANDRADE, E. dos R. G. Teoria das representações sociais e racionalidades distintas: tensionamentos e sínteses entre a ciência e o senso comum. **Revista Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo, v. 43, n. 1, p. 171-201, jan.-abr. 2021. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/10387> . Acesso: 25 ago. 2022.

OLIVEIRA, G. S.; PACHECO, Z. M. L.; SALIMENA, A. M. O.; RAMOS, C. M.; PARAÍSO, A. F. Método bola de neve em pesquisa qualitativa com travestis e mulheres transexuais. **Saúde Coletiva**, v. 11, n. 68, p. 7565-7568, 2021. Disponível em: < <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1832/2178> >. Acesso em 15 de março de 2024.

PAMPLONA, R. S. “**Elas morrem, mas continuam falando**”: representações policiais da violência letal contra mulheres a partir da lei do Femicídio. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS), Porto Alegre, 2020. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/214001> > Acesso em 10 de mar de 2022

POESCHL, G.; SILVA, A.; CLÉMENCE, A. Representações da masculinidade e da feminilidade e retratos de homens e mulheres na literatura portuguesa. **PSICOLOGIA**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 31–46, 2004. DOI: 10.17575/rpsicol.v18i1.410. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/410>. Acesso em: 22 jul. 2023.

PONCE, Maria Guadalupe R. “Mesa de Trabalho sobre Femicídio/Feminicídio” in **Contribuições ao debate sobre tipificação penal do Femicídio/Feminicídio**. Peru: Editora Susana Chiarotti, 2012.

PORTAL G1 CE. **Acusado de assassinar professora com tiro em Crato, no Ceará, é condenado a 46 anos e 7 meses de prisão em regime fechado.** G1 CE. 25 de Janeiro de 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/01/25/acusado-de-19-assassinar-professora-com-tiro-em-crato-no-ceara-e-condenado-a-46-anos-e-7-meses-de-prisao-em-regime-fechado.ghtml> >. Acesso em 27 de junho de 2021.

PORTO, Maria Stela Grossi. *Sociologia da Violência: do Conceito as Representações Sociais*. Brasília: Verbaná Editora, 2010.

QUEM FOI YANNY BRENA, PRESIDENTE DA CÂMARA DE JUAZEIRO DO NORTE ACHADA MORTA COM O NAMORADO. **PORTAL G1 CE**, Ceará, 03 de março de 2023. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ce/ceara/cariri/noticia/2023/03/03/quem-foi-yanny-brena-presidente-da-camara-de-juazeiro-do-norte-achada-morta-com-o-namorado.ghtml> > acesso em 07 de abril de 2023.

RAMOS, S. (coord.). **A dor e a luta: números do feminicídio**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, março de 2021. Disponível em: < <https://cesecseguranca.com.br/textodownload/a-dor-e-a-luta-numeros-do-femicidio> > . Acesso em 27 de junho de 2021.

RIBEIRO, C. G; LIMA, C.da P. de M. Representações Sociais de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica na Cidade de João Pessoa-PB. **Revista Psicologia e Saúde**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/81>. Acesso em: 22 jul. 2023.

RIBEIRO L. P; ROCHA, M. I. A. História, abordagens, métodos e perspectivas da Teoria das Representações Sociais. *Rev psicologia & sociedade*, v. 28, n.2, maio-agosto, 2016, p.407-409. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309346236022> > Acesso em 22 de julho de 2023.

RODRIGUES, R; SOUSA, T. **Ato expõe imagens de vítimas de feminicídio no Ceará no Dia da Não violência contra a mulher.** Portal G1 CE. 25 de novembro de 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/11/25/ato-expoe-imagens-de-vitimas-defemicidio-no-ceara-no-dia-da-nao-violencia-contr-a-mulher.ghtml> > . Acesso em 27 de junho de 2021.

SÁ, C P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes. 1996

SANTOS, A. C. L. **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO HOMICÍDIO DE MULHERES NO JORNAL ZERO HORA**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUCRS. Porto Alegre, 2018. Disponível em: < <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8246> > Acesso em 20 de jun de 2022.

SANTOS, M. F. S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. **Diálogos com a teoria da representação social**. Recife: Ed.UFPE/EdUFAL, 2005. p. 13-38.

SOARES, S. R. **Feminismo no sertão**: as particularidades da Frente de Mulheres no Cariri cearense. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/36015/1/TESE%20Suamy%20Rafaely%20soares.pdf> > Acesso em 06 de agosto de 2023.

SOUSA, J. R. De; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa E Debate Em Educação**. v. 10, n.2. 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559> > acesso em 13 de julho de 2022.

SOUSA, T. L. T. Femicídio: uma leitura a partir da perspectiva feminista. ex aequo - **Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres**, n. 34, 2016. Disponível em:< <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/femicidio-uma-leitura-a-partir-da-perspectiva-feminista> > Acesso em: 26 maio 2021.

TELES, R. P; SILVA, M. L. G; RIBEIRO, A. J. A. Avaliação geoespacial da expansão do aglomerado urbano Crajubar utilizando inteligência geográfica. **Revista Brasileira de Geografia Física** v.13, n.01, 2020. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe> > Acesso em 27 de Junho de 2021.

VALA J. **Sobre as representações sociais**: para uma epistemologia do senso comum. Cad Ciências Sociais, v. 4, n. 1, p.5-30, 2006.

VALA, J.; CASTRO, P. Pensamento Social e Representações Sociais. In: Vala, J., Monteiro, M.B.(orgs). **Psicologia Social**. Fundação Calouste Gulbenkian, 9ªed, Lisboa, p.569-574, 2013.

WACHELKE, J. F. R; CAMARGO, B. V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Interam. j. psychol.**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 379-390, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 jul. 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Tematicas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 18 jun. 2024

ZANELLA, A. V.. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 99–104, maio 2005. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000200013> > acesso em 12 de fev de 2024.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

BLOCO 1

Texto introdutório

Muito obrigado por aceitar participar desta pesquisa. Agora eu irei te apresentar algumas imagens relacionadas ao tema da pesquisa, gostaria que você prestasse bastante atenção e pudesse me falar um pouco sobre o que você acha delas. Não precisa se preocupar com resposta certa ou errada, o importante é me falar aquilo que vem a sua cabeça, que você acha, suas opiniões e impressões.

Imagem 1:



⁹ **Imagem1:** Mosaico de recortes de manchetes sobre assassinatos de mulheres, retirado do blog Donna. Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2017/01/uma-vitima-a-cada-uma-hora-e-meia-feminicidio-e-um-dos-grandes-problemas-do-brasil-cjpiyx5zj001pvvcnbkvt8du9.html> >. Acesso em 20 de julho de 2022.

BLOCO 2

Entrevista em profundidade

1. Primeiramente, eu gostaria de saber se você já ouviu falar em feminicídio?
2. (Caso a pessoa só diga que sim, já ouviu falar) Com que frequência você escute este termo? Onde você viu/ escutou ele? no rádio? na televisão? Internet? Algum outro meio?
3. Se você tivesse que escolher outra forma de falar sobre um caso desses, que nome você daria?
4. Você já testemunhou algum tipo de violência contra mulher? Qual sua opinião sobre isso?
5. Porque você acha que ocorrem feminicídios?
6. Você acha que teria alguma forma de evitar que essas situações ocorressem?
7. Você acha que tem um grupo/tipo específico de pessoas mais propensas a participarem de situações como essas? Você já ouviu falar em algum caso de feminicídio aqui na região? Se sim, você poderia me contar sobre o caso? O que você acha desse caso? Você acha que isso poderia ter sido evitado? Como?
8. Como você acha que este fenômeno pode ser mudado?

BLOCO 3

Agora eu irei mostrar mais duas imagens de alguns eventos recentes aqui da região e gostaria que você pudesse me dar sua opinião sobre. Você pode falar de fato tudo o que quiser e achar sobre a imagem, se concorda se discorda, tudo que lhe vier à cabeça.

Imagem 2:



10

Imagem 3:



11

¹⁰ **Imagem 2:** Nos cortejos uma faixa reivindicava solução para os casos de feminicídios no Cariri — Foto: Honório Barbosa/ SVM, 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/06/12/ceara-tem-40-sentencas-proferidas-por-feminicidio-desde-2016.ghtml> > Acesso em 10 de julho de 2022.

¹¹ **Imagem 3:** Protestos em Juazeiro do norte Dia internacional da mulher, 2018. Foto: Marcelo Pinto. Disponível em: <

Questionário sociodemográfico:

Idade: 27

Raça: Negro

Orientação sexual: Hétero

Escolaridade: Ensino Superior incompleto

Profissão: Atendente de pousada

Estado Civil: Solteiro

Caso seja casado, qual a escolaridade da esposa?

Já foi casado:

Se sim, qual tempo de duração?

Religião: Evangélico

Você se considera praticante? não

Tem filhos? não

É o responsável financeiro pela família? Não

Faixa de remuneração mensal: a 1 a dois

ANEXO